

a Constituição Federal e o Código Penal assegurarem em suas normas a proteção aos grupos religiosos de toda espécie, a punição de quem ofende ou vitupera publicamente a crença, a liturgia ou os locais de culto. Esse comportamento denota, mais que descaso, um preconceito que, quanto ao candomblé, ultrapassa a questão religiosa propriamente, e se estende para a discriminação racial.

Todavia, do mesmo modo com que, no mais das vezes, habituaram-se a eximir-se de prestar a proteção constitucionalmente garantida a toda religião, as autoridades resistem a reconhecer o racismo como crime punível pela força e pela letra da lei.

Este livro é uma edição revista e ampliada, continuidade de um consenso inédito entre várias casas de candomblé e marca um protesto vivo contra a intolerância religiosa. Cada terreiro participante dos debates registrados nestas páginas empenhou-se em contribuir para a confirmação dos princípios comuns a todos os outros, mantendo o respeito a diferentes práticas, sem abandonar suas convicções religiosas

Oxalá esse testemunho de tolerância, essa disposição exemplar à convivência pacífica influencie positivamente outras tradições religiosas, para que um pleno ecumenismo, a que também se integrem as religiões afro-brasileiras, possa prevalecer sobre os preconceitos, os conflitos e a violência.



A condução das causas do candomblé não depende exclusivamente dos representantes políticos. A luta contra o que de errado ou ofensivo sobre o candomblé se vê e se ouve nos meios de comunicação deve ser enfrentada. A situação de intolerância por vezes deflagra um conflito aberto, como muitos já sofreram e testemunharam. Em nome da paz, da convivência pacífica e tolerante entre as religiões, o povo do candomblé não ultraja as crenças alheias nem agride os fiéis de outras tradições religiosas, mas não pode consentir com o abuso, a arrogância e a violência direta. A iniciativa deve ser sempre o diálogo, a busca da lei. Este livro defende o equilíbrio e o respeito entre as religiões, segundo a razão de que o ecumenismo verdadeiro há de decorrer apenas da obediência ao direito legal, às regras de convivência social e da fraternidade a que toda religião, afinal, deve aspirar.



Programa Egbé Territórios Negros

Rafael Soares de Oliveira (org.)

Candomblé

Diálogos fraternos para superar a intolerância religiosa



2ª edição revista e ampliada



Rafael Soares de Oliveira (org.)

Candomblé

Diálogos fraternos para superar a intolerância religiosa

É raro que passe um dia sem que se noticie a eclosão de conflitos de motivação religiosa, suscitados pela intolerância e inflamados pelo preconceito que decorre da separação, da divisão e do afastamento entre as pessoas e os povos. Estarrece a inaptidão ou a relutância de grandes tradições religiosas a engajar-se em um diálogo desarmado que almeje uma solução equilibrada para os conflitos. Julga-se, entretanto, que no Brasil, como não se travam confrontos religiosos com a mesma intensidade e rigor com que se verifica noutros países, é pacífica a convivência entre credos e convicções de fé, o que na verdade de modo algum se pode afirmar, sobretudo se examinarmos mais atentamente a relação dos grupos de tradição cristã com as religiões afro-brasileiras.

Quando se lhe dá divulgar a ocorrência desses conflitos religiosos, a imprensa parece incapaz de tratar as tradições afro-brasileiras por outro viés que não o do exótico, o do bizarro, sem jamais cuidar em lhes conhecer os princípios e a história; as autoridades públicas, por seu turno, negligenciam a repressão às violentas investidas do fanatismo contra os terreiros de candomblé, quadrando a questão aos moldes de uma ligeira disputa de mercado de fiéis ou de uma briga entre vizinhos, apesar de

Candomblé
diálogos fraternos para superar a intolerância religiosa

2ª edição
revista e ampliada

**Candomblé:
diálogos fraternos para superar a intolerância religiosa**

2ª edição revista e ampliada

Rafael Soares de Oliveira (org.)

Jussara Rêgo (aux. ed.)

Revisão de provas

Helena Costa e Manoela Vianna

Projeto gráfico

Carolina Falcão

Diagramação da segunda edição

Martha Braga

Capa

Paulo Verardo

Impressão

Fast Design

Oliveira, Rafael Soares de

Candomblé: diálogos fraternos para superar a intolerância religiosa. 2ª ed. rev. e ampl. Rafael Soares de Oliveira (org.). – Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2007.

108 p.; 14 cm x 21 cm

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-99416-03-7

1. Oliveira, Rafael Soares de. 2. Jussara Rêgo. 3. Religião afro-brasileira. 3. Candomblé. I. Título.

CDD 299.68 (versão 1.10 CD)

Rafael Soares de Oliveira (org.)

Candomblé

diálogos fraternos para superar a intolerância religiosa

2ª edição

revista e ampliada

© Todos os direitos reservados para
KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Proibida a reprodução, total ou parcial, por qualquer meio ou processo, seja reprográfico, fotográfico, gráfico, microfilmagem, etc. Estas proibições aplicam-se também às características gráficas e/ou editoriais. A violação dos direitos autorais é punível como crime (Código Penal art. 184 e §§; Lei 6.895/80), com busca, apreensão e indenizações diversas (Lei 9.610/98 – Lei dos Direitos Autorais – arts. 122, 123, 124 e 126).

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129 – Glória
Rio de Janeiro – RJ – Brasil – Cep: 22211-230
Tel.: (21) 2224-6713 – Fax: (21) 2221-3016
koinonia@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br

Programa Egbé Territórios Negros

Travessa d'Ajuda, n° 37 (Edifício Martins Catharino), sala 1203
Centro – Salvador – BA – Brasil – Cep: 40020-030
Tel.: (71) 3266-3480
projetoegbesalvador@koinonia.org.br

Impresso no Brasil

2007

Sumário

Apresentação	
Para superar a intolerância religiosa no Brasil hoje	7
Candomblé e ecumenismo	15
Exu-Izila × o Diabo e o mal	23
A morte, os mortos, eguns, orixás e inquices	29
O candomblé e as mulheres: papel e direitos	39
Candomblé e educação	47
sacrifício ou Sacrifício?	53
Feitiço	61
Reflexão Anexa	
O candomblé e a intolerância religiosa	71

Testemunho	
A convivência religiosa é possível	89
Uma experiência bem sucedida:	
o Programa Egbé Territórios Negros de KOINONIA	95
Glossário	105

Para superar a intolerância religiosa no Brasil hoje

Da Constituição Federal de 1988

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

VI. é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

[...]

VIII. *ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa* ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

[...]

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

[...]

- VI. instituir impostos sobre:
- b) templos de qualquer culto;
- [...]

Do Código Penal

Título V, Cap. I, “Dos crimes contra o sentimento religioso”
(Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo)

Art. 208. Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:

Pena – detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, ou multa.

Parágrafo único. Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.

O crescimento do problema da intolerância religiosa é de conseqüências nefastas para a humanidade. De fato, qualquer esforço pela paz deve ser motivo de elogio e de apoio. É perturbadora a incapacidade para o diálogo e o convívio nas situações políticas respaldadas por discursos religiosos. Nessa conjuntura, o mundo assiste perplexo aos conflitos e busca promover a paz pelo diálogo entre as grandes tradições religiosas.

Cabe a nós, além de nos engajarmos nas propostas internacionais de diálogo, perguntar em que situações reais ocorrem, de fato, demonstrações de intolerância religiosa que podem levar a conflitos.

Ainda que não sejamos ingênuos de supor que todos se aceitam totalmente como religiosos, o convívio entre as

grandes tradições mundiais em terras brasileiras não tem sido gravemente conflituoso, e vem conseguindo avanços. No entanto, não podemos de forma alguma dizer o mesmo das relações entre grupos religiosos de tradição cristã (ou que assim se consideram) e as religiões afro-brasileiras.

Há diversos casos de conflito, geralmente divulgados nas páginas policiais e em jornais de caráter popular. Infelizmente esses episódios refletem tensões que ocorrem na base da sociedade. Os órgãos públicos sempre enfrentam dificuldades ao tratar casos dessa ordem sob a tipificação de agressão religiosa, conforme prevêem a Constituição Federal e o Código Penal. Em geral, os órgãos do Estado classificam as questões de agressão religiosa como meros casos de “competição religiosa”, como um problema de mercado. É lamentável que esse comportamento na esfera estatal negligencie o exame cuidadoso de um problema que precisa ser regulado em favor das gerações futuras e contra o crescimento da violência. É importante atualizar a reflexão das instâncias com poder de polícia e repensar a ação do Ministério Público.

As notícias divulgam casos de violência e das dificuldades que os representantes de cultos afro-brasileiros enfrentam ao encaminhar suas denúncias. Nas delegacias, o tratamento dispensado é o mesmo que se dá a “brigas de vizinhos”, postura indiferente que, por vezes, denota preconceito racial. O processo social exige que se faça um

levantamento mais minucioso desse tipo de violência e que se imprimam orientações mais claras por parte do Estado, tanto para funcionários como para cidadãos.¹

Enfrentamento, contribuição pública

No contexto das ações do Programa Egbé Territórios Negros (desenvolvido por KOINONIA – Presença Ecu-
mênica e Serviço), os terreiros da Bahia (região metropo-
litana de Salvador) que ali se reúnem periodicamente (a
lista vai aparecer a cada capítulo) amadureceram a com-
preensão de que esses fatos não são isolados, episódicos,
mas de tão corriqueiros e repetidos já chegaram a ganhar,

¹ Para exemplificar o tema, listamos a seguir algumas notícias e casos que acompanhamos, principalmente em Salvador (BA), durante o ano de 2006.

- Encontradas em orelhão do Shopping Iguatemi, de Salvador, BA, frases que comparam Senhor do Bonfim e Oxalá ao diabo. Representantes de diversas religiões condenaram a atitude de intolerância e a classificaram como racista. O Shopping denunciou o problema à companhia telefônica. Fonte: Jornal Correio da Bahia, 4 de fevereiro.

- Estado do Rio de Janeiro não tem professores de candomblé, apesar da lei que institui o ensino religioso. Segundo a Coordenação de Ensino Religioso do estado, isso ocorre por não existirem registros de alunos praticantes. No entanto, conforme a revista NOVAE, crianças que praticam candomblé sentem orgulho de sua religião, mas na escola sofrem preconceito, envergonham-se e dizem que são católicas.

Fonte: O Globo, 14 de abril e Revista Eletrônica NOVAE, fevereiro.

- A ialorixá Jaciara Ribeiro dos Santos, do Terreiro Axé Abassá de Ogum, em Itapuã (Salvador - BA) foi agredida, verbal e fisicamente, por dois evangélicos da Assembléia de Deus. Os agressores foram autuados em flagrante na 1ª Delegacia (Barris). Um mês antes, Jaciara foi agredida na Lagoa do Abaeté, quando fazia uma oferenda a Ogum.

Fonte: A Tarde e O Estado de São Paulo, 18 de março.

- A Seppir [Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial] uniu-se ao Centro de Articulação da População Marginalizada para

vez por outra, espaço na grande imprensa, que aliás parece incapaz de tratar as religiões afro-brasileiras de outra forma que não pelo viés do exótico.

Esse amadurecimento revelou a consciência de que os poderes públicos têm pouco preparo, ou em muito repetem preconceitos históricos, como aqui já foi anotado, e de que uma cultura da paz é assunto relevante se tratada a partir dos conflitos que efetivamente acontecem no dia-a-dia.

O desafio de enfrentar um contexto tão adverso foi motivo de muitos momentos de reflexão e de oração comuns.

Confortavelmente acolhidos no seio daqueles que se consideram dignitários de uma herança africana na

combater a intolerância religiosa nas favelas do Rio de Janeiro. Já foram solicitadas providências da Secretaria do Estado de Direitos Humanos sobre as denúncias recebidas de que traficantes de drogas estão expulsando lideranças religiosas e do movimento negro das comunidades.

Fonte: Boletim Eparrei, 19 de abril.

- Ato público da Federação Brasiliense de candomblé, em 3 de agosto, denuncia vandalismo contra 16 imagens de orixás instaladas no Lago Paranoá. (DF).

Fonte: Site da Fundação Cultural Palmares, 7 de agosto.

- Em Salvador, BA, teve continuidade a ação por indenização e danos morais movida pelo espólio de “Mãe Gilda” – liderado por sua filha natural Mãe Jaciara (Jaciara Ribeiro dos Santos). O processo contra a Igreja Universal do Reino de Deus e sua gráfica já teve três pedidos de terceira instância rejeitados, tanto para o Supremo Tribunal Federal como para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Aguarda-se decisão quanto a última tentativa de recurso por parte dos réus ao STJ.

Fonte: Fala Egbé, agosto.

- A evangélica Isabel Brito Rodrigues, 36 anos, invadiu um santuário candomblecista em Ceilândia e quebrou imagens e símbolos sagrados. Segundo Pai Jorge, não é a primeira vez que isso acontece no templo que funciona há 25 anos.

Fonte: Jornal de Brasília, 8 de setembro.

diáspora, os terreiros que se comprometeram com as reflexões presentes neste livro também estão plenamente conscientes de que, junto com a cultura de que são participantes, herdaram as piores formas de discriminação e preconceito, que, em regra, atingem as pessoas negras que fazem parte da população baiana e brasileira.

A decisão ponderada de expor ao público opiniões e aspectos de compreensão sobre o candomblé vivido por esses terreiros foi difícil. Afinal, antes da certeza da importância que cada um atribui à sua religião, estava presente a história de descrença e desconfiança em relação aos maus-tratos e ao desrespeito sofridos ao longo de tantas desigualdades. Desde 1999, em momentos especiais, os temas aqui sistematizados têm sido abordados. Foram necessárias pelo menos duas reuniões para cada tema: registrava-se o primeiro debate em um texto que era corrigido e complementado na reunião posterior. Foi um esforço de consenso e aí se localiza outra riqueza do material produzido, que depois de muita reflexão só recentemente obteve a aprovação das casas de candomblé para que fosse publicado.

Consenso e transparência

O resultado, organizado na forma de pequenos textos que constituem os capítulos seguintes, é fruto de uma intenção política: a partir da continuidade de um processo que criou um consenso inédito, apresentar parte da reflexão e pequenos aspectos da vida religiosa dessas casas de

candomblé, como uma contribuição para a ruptura da sociedade como os preconceitos e as discriminações.

Propositadamente esses pequenos documentos registram um esforço de diálogo e de apresentação de posições comuns. Muito se tem escrito sobre o candomblé. Opiniões ora mais ora menos abalizadas de diversos autores e interlocutores têm-se empenhado para construir uma compreensão desse universo tão amplo, rico e particular no interior das religiões afro-brasileiras. Todos dão testemunho de que não é possível propor uma uniformidade para o conjunto do candomblé. Há unidades em torno de tradições, mas não é possível, a partir do olhar *de* ou *sobre* um terreiro, estender a compreensão a todos os casos.

Diante disso e da presença na sociedade de inúmeras organizações religiosas que se autodenominam “candomblé”, e que muitas vezes são coniventes com demonstrações de preconceito – a ponto de a mídia, com uma câmera na mão, ser capaz de desmontar, em poucas imagens, qualquer formulação de princípios e elaborações complexas de caráter histórico, teológico e antropológico –, ganha força o papel do testemunho.

Se fosse necessário resumir em uma palavra as intenções que impregnam estes pequenos textos, essa palavra seria “testemunho”. Afinal, se há estudos e trabalhos *sobre* o candomblé, este deve ser visto como um trabalho *do* can-

² As acepções das palavras de origem africana, bem como as das oriundas da terminologia própria do candomblé, estão arroladas no Glossário, à página 105.

domblé, produto do diálogo de que participaram (em proporções desiguais) terreiros de nações diferentes, de tradições com histórias totalmente diversas: queto, jeje e angola.² Por isso repetimos: trata-se de um consenso inédito.

Mas não se procure desavisadamente nestas linhas a voz de ortodoxias ou a certeza de orientações dogmáticas. A troca de experiências e a capacidade de produzir consensos é a riqueza do que se alcançou, e que só foi possível a partir da base de respeito de que “cada casa de candomblé é uma sentença”: ou seja, só no interior da tradição de cada casa é possível encontrar as suas noções de certo ou errado, suas teologias e compreensões religiosas diante de suas histórias e de seus antepassados.

Os temas escolhidos por aqueles terreiros contra a intolerância religiosa não foram suscitados ao acaso, mas corresponderam à busca de transparência, ao olhar da sociedade sobre eles, em torno de assuntos capazes de ensejar algumas polêmicas, como a questão do “mal” e dos “mortos”, e que abordassem dimensões do contexto sociorreligioso, como “ecumenismo”, “mulheres” e “educação”.

Decerto estas reflexões não esgotam em nada o diálogo possível, ao contrário: abrem o caminho. Oxalá – é o que desejam os verdadeiros autores, os terreiros – sejam elas alvo de outros diálogos que produzam e reproduzam sucessivos consensos capazes de isolar os belicosos e desrespeitadores, aqueles que querem alimentar uma “guerra santa” que se difunde silenciosa e diabolicamente na sociedade por obra de falsos “guerreiros da cristandade”.

Candomblé e ecumenismo

O ecumenismo é a única possibilidade de relacionamento entre as religiões, porque a indiferença não faz sentido, a guerra muito menos e a subordinação também não está certa. É necessário que se pratique o ecumenismo entre todas as tradições, respeitando uns aos outros e convivendo em pé de igualdade, com respeito e humildade mútuos. Assim como muitos de nós vão à Igreja Católica e alguns são batizados ou a freqüentam, também vem gente da igreja nos consultar e nós temos que recebê-la com a mesma tranqüilidade. Por vezes, a discriminação começa dentro do candomblé, quando temos vergonha de assumir a nossa religião. Essa atitude precisa ser transformada. Em termos mais gerais, pela garantia da igualdade reconhece-se um quadro a ser superado, em que praticamente não existem políticos da religião que assumam a luta em favor do povo de candomblé. Deve-se ter uma visão universal do ecumenismo; para tanto, é consenso que o diálogo inter-religioso, muito importante e

necessário, deve ser feito sem ingenuidade, sem abandonar um confronto muitas vezes necessário à garantia de direitos.

A afirmação do respeito inter-religioso

O candomblé é um exemplo de tolerância pela convivência com outras religiões, pelo respeito a outras religiões, outras igrejas.

É fundamental o respeito ao outro, o respeito à diferença. O primeiro ponto do ecumenismo é esse, não só do candomblé em relação a outras religiões, como também dentro do próprio candomblé, de nação para nação. Deve-se dedicar respeito ao outro, à autonomia do outro, a seus costumes de convivência, às práticas de cada casa, do mesmo jeito com que se respeita quem é católico, evangélico etc. O respeito à diferença é o primeiro passo para o ecumenismo. A consideração pela diferença é essencial, e só haverá união entre os terreiros de candomblé e as diversas religiões quando se respeitar que angola é angola, queto é queto, jeje é jeje. Porém, quando alguma religião, não só negra, candomblé, de santo, mas católica, cristã, sofrer agressão por outra, que todos se proponham a defender o respeito àquela casa, àquele culto, àquela nação, àquela igreja.

Deus não tem apenas uma cor. Ele é preto, azul, amarelo, vermelho, branco. Podemos alcançá-Lo fazendo soar o atabaque ou o cravo, depondo oferendas no mar ou co-

mungando a hóstia embebida em vinho. Há vários caminhos para se chegar a Deus e ninguém foi lá em cima perguntar a Ele e trazer por lavrado e escrito qual a Sua cor e qual a Sua religião.

Um assunto especial, considerando o tema da diferença e da tolerância, é o tratamento, em cada casa, da questão sincrética. Embora o candomblé não seja sincrético, mas oriundo de tradições afro-brasileiras, de uma religião professada antes mesmo de Cristo, os filhos-de-santo, as pessoas que chegam a nossas casas, por vezes trazem o seu sincretismo. O que se faz é respeitá-lo, não rejeitá-lo. Se alguém acha que Oxum é Nossa Senhora da Conceição, que Dandalunda é Nossa Senhora das Neves, isso não faz mal a Dandalunda, não faz mal a Oxum, nem faz mal a ninguém. Não se deve tentar fazer lavagem cerebral em ninguém: sabe-se que o sincretismo é um fenômeno cultural. Há um medo de não ser cristão, pois, em nossa cultura, quem não é cristão está condenado ao Inferno. Já se ouviu gente-de-santo dizer assim: “Meu filho, eu sou de candomblé porque eu tenho um inquite, um negócio que me pega, mas eu sou católica porque quando morrer eu quero ir para o Céu”. Ouvir isso e respeitar é uma lição de vida, que ensina a não mexer com a cabeça de ninguém. Quem achar que deve ser cristão para alcançar o Céu, que continue a sê-lo. Isso é ecumenismo também, a começar dentro de nossas casas. É pena que os evangélicos e os carismáticos em geral não

tenham dessa forma nem ajam assim. Existe um desrespeito ao que o outro pensa, ao que o outro fala. Eles acham que estão certos e ponto. Evidentemente aqui também se pratica o ecumenismo, e não se pode generalizar em acusar a todos de intolerantes, pois existem belíssimos exemplos de pessoas evangélicas no nosso convívio.

Na dimensão mais geral, entende-se o ecumenismo, na linha da tolerância, como uma tentativa de neutralizar as guerras santas, ou melhor, as guerras ditas santas entre as religiões, notadamente entre catolicismo, protestantismo e islamismo. Observa-se que o papa recebe e até promove cerimônias religiosas com rabinos, que são os sacerdotes dos judeus, com o Dalai Lama, que é budista, com anglicanos e outros pastores; esse ecumenismo, no entanto, é uma mesa à qual falta um pé, e esse pé é africano – são as tradições religiosas africanas. Nunca se viu o papa receber ou fazer qualquer solenidade a que compareçam sacerdotes dessas tradições religiosas e muito menos das tradições afro-brasileiras. Esse tipo de ecumenismo é um ecumenismo de pé quebrado.

O respeito interno ao candomblé

Um ponto muito importante para a afirmação do candomblé contra os preconceitos e que o coloca em um patamar de igualdade com outras religiões e tradições é a educação interna. É dentro de cada casa, na integração de cada iniciado com o sentido do fundamento daquilo

que pratica, que está a base de tudo. A força para o candomblé se afirmar, assim como para qualquer outra religião, é estar bem seguro de suas crenças e cuidar para que a fé em seus ensinamentos seja bem transmitida. Assim é possível estabelecer diálogos, respeitar o diferente e afirmar-se em relação a outras religiões.

Há outra questão que também deve ser enfrentada para evitar a discriminação interna. Os poderes públicos tendem a preocupar-se mais com os terreiros conhecidos, mais antigos e de maior projeção. Sem deixar de reconhecer a luta dessas grandes casas para garantir seus direitos e suas legítimas conquistas por serviços públicos, é preciso ainda fazer com que as atenções das autoridades políticas se voltem também para os pequenos e menos influentes. Nesse sentido, é uma contribuição exemplar e um enriquecimento para a causa de evitar discriminações no candomblé a adesão de terreiros de maior projeção e força de tradição a lutas que beneficiem a todos.

A luta pelo respeito público e político

O ecumenismo no candomblé e entre todas as religiões também deve ser visto como uma etapa de luta em favor dos mais fracos e mais atingidos, contra a intolerância praticada na Bahia e noutros Estados brasileiros.

A comunidade afro-brasileira vem sendo fortemente ofendida, visto ser vítima de um ataque que, além de

outros recursos, usa os meios de comunicação. Trata-se de um abuso, de um procedimento inconstitucional, e os poderes públicos que autorizam a concessão de uso das rádios e televisões não podem continuar omissos e inertes.

Para essas e outras frentes de luta contra a intolerância não basta a boa predisposição ao diálogo. É preciso ter mais poder e, mesmo sem fazer política partidária, discutir a eleição de representantes do candomblé, principalmente para a função legislativa. É preciso votar em candomblezeiros.

O encaminhamento das causas e lutas do candomblé não depende exclusivamente dos representantes políticos. A luta contra o que se ouve e se vê nos meios de comunicação deve ser enfrentada. A propósito, é responsabilidade de uma federação dos cultos afro-brasileiros dar apoio, promover passeatas, mobilizar carro de som, advogados, o que for necessário para essa luta. Uma federação deve cuidar disso e não se limitar a preocupações triviais como registro de cargos e de casas. A mensalidade que se paga deve ser usada em favor da causa do candomblé.

Confrontos positivos e inevitáveis

A situação de intolerância, na prática do dia-a-dia, muitas vezes eclode em um conflito aberto, em que por vezes ocorrem até agressões físicas. Infelizmente alguns evangélicos querem invadir casas de candomblé, distri-

buir panfletos e falar do Diabo. Quando se chega a esse ponto, como muitos já testemunharam, não resta alternativa: a única saída é o confronto direto e às vezes violento.

Em nome da tolerância, o povo de candomblé não vai à casa, à igreja de ninguém fazer oferenda ou ofender, mas não se pode tolerar a arrogância e a agressão direta. A iniciativa deve ser sempre o diálogo e a busca da lei e do direito, mas nossa postura é a de nos mantermos firmes e não consentir com abusos e arbitrariedades.

Terreiros participantes deste debate

1. Axé Abassá de Ogum
2. Bate Folha
3. Ilê Asé Máà Asé Ni Odé
4. Ilê Axé Iyá Nassô Oká
5. Ilê Axé Jfocan
6. Ilê Axé Kayó Alaketu
7. Ilê Axé Obá Tadê Patiti Obá
8. Ilê Axé Oguiã
9. Ilê Axé Oiá Tunjá
10. Ilê Axé Omim Funkó
11. Ilê Axé Omim J'Obá
12. Ilê Axé Omim Lessy
13. Ilê Axé Omim Nitá
14. Ilê Axé Taoyá Loni
15. Ilê Oxumaré

16. Kanzo Mukambo
17. Mucundeuá
18. Omim Oiá
19. Terreiro de Jauá
20. Terreiro de Oxum
21. Terreiro do Bogum
22. Tuumba Junçara
23. Vintém de Prata

Exu-Izila × o Diabo e o mal

Uma das mais fortes expressões contra o candomblé, ou das mais usadas, é que Exu (no queto – K) ou Izila (no angola – A) é o Diabo. Mesmo negando e apresentando outras interpretações para o significado desse orixá (K) ou inquice (A), sempre se pode encontrar alguém que insista no contrário. Prova disso são as imagens em programas de TV que apresentam pessoas se dizendo do candomblé e se chamando de Diabo em pleno culto.

O que acontece? por quê?

Devemos reconhecer que o próprio povo de candomblé diz: “Vou dar comida ao meu Diabo”. Mesmo se sabendo que Exu ou Izila não tem nada a ver com o Diabo dos cristãos, emprega-se essa palavra.

Esse deslize, se não for evitado, passa de boca em boca desde a infância, como foi dito por um de nós:

Uma vez, quando ainda era pequeno, ouvi uma conversa entre duas pessoas de candomblé que me marcou muito, porque eu adorava as festas de Exu. A pólvora, a animação. Aí uma delas falou: “Se Deus ou Exu quiser, eu vou conseguir o que eu quero”. A outra respondeu: “Não peça uma coisa a Deus e ao Diabo, que você não consegue!”. Isso ficou confuso na minha cabeça.

Essa associação com o Diabo vem do tempo da repressão, quando o culto do candomblé era reprimido pela polícia. Quem era do candomblé precisava ser temido e respeitado. A relação com o Satanás servia para manter o policial longe. Até hoje, certamente por causa dessa reputação, há alguns garis que temem recolher as obrigações das ruas.

Há quem diga que isso vem desde a escravidão. Para converter o escravo, o padre precisava de um elemento comparativo, e o negro precisava desse pretexto para aceitar a conversão. Infelizmente os símbolos de Exu (K) ou Izila (A) pareciam-se, para os padres, com símbolos associados ao Diabo (chifres, falos etc.). É verdade. Mas a repressão tornou tudo mais intenso, e suas conseqüências estendem-se até hoje, como se revelou no nosso diálogo:

De cada dez pessoas que procuram os candomblés, oito pedem maldade. As pessoas se aproveitam dessa coisa demoníaca para fazer nome. Isso já serviu. Serviu para não ter encrenca com os vizinhos. Quando as casas são temidas, é comum ouvir: “Não vou me meter com aquele candomblé que bate o tempo todo”. Passa-se a ter medo, necessidade imposta pelo tempo da repressão. Quanto mais familiariza-

do com o “capataz”, mais tinha força o pai ou a mãe-de-santo. As mães e os pais-de-santo achavam conveniente essa relação com o Satanás, mas hoje, dentro do candomblé, a idéia dos valores deve ser resgatada. Hoje devemos fazer um trabalho de consciência de que não precisamos mais disso. Essa época já passou.

Se isso ainda ocorre em alguns candomblés, na maioria dos casos, provavelmente, é por dinheiro. Há casas que atraem clientes para ganhar dinheiro, utilizando-se de títulos como “Ferrabrás”, “Exu Sete-Facadas” etc.

Mas para a vida da religião do povo de candomblé o tempo de se esconder já passou. Não tem cabimento revelar o encanto, os fundamentos, mas é possível falar da beleza e do sentido. Nessa direção é que nosso diálogo afirmou:

- Exu (K) ou Izila (A) não é o Satanás nem o Diabo que as igrejas criaram. Esse Diabo só existe lá.
- Exu (K) ou Izila (A) é o primeiro de todos os orixás (K) ou inquices (A). Todos precisam dele e ele não precisa de ninguém. Ele tem pai e mãe, e é o senhor dos caminhos.
- Exu (K) ou Izila (A) está em todos os caminhos. Quando temos que fazer qualquer coisa, precisamos escolher o caminho. Geralmente se procura o melhor, com menos pedras, mas tudo é rumo. Tudo no universo tem um caminho a ser percorrido. Se se está sentado e se levanta, o corpo percorre um caminho. Conversando, os nossos olhos percorrem um caminho, ao nos olharmos uns os outros. Nada podemos fazer se não percorremos um ca-

minho, e ele é o senhor que permite que nos movimentemos.

- Não é Exu (K) ou Izila (A) que faz o mal. O mal está nas pessoas; elas é que escolhem esse caminho de energias do universo para alcançar o mal. Mas, como está no lema de uma de nossas primeiras casas de queto, “aquele que faz o bem, faz o bem a si mesmo; aquele que faz o mal, faz o mal a si mesmo”.
- Não devemos pedir a orixá (K) ou inquice (A) que semeie a discórdia. A felicidade não é deste mundo, mas temos que ir em busca dela na terra que o Senhor criou para nós.
- Além de Exu (K) ou Izila (A), todos os orixás ou inquices são energia, são a própria expressão do todo da natureza. No cristianismo, “o verbo se fez carne”; no candomblé, nosso corpo não tem um espírito. A partir do momento em que uma pessoa é iniciada no candomblé, vira um elemento do todo na natureza. Vai tornar-se uma semente regada pela água que é o orixá (K) ou o inquice (A). E essa água está em nosso corpo e em toda parte. A água que está em nosso corpo não é um espírito.
- O candomblé é um ciclo perfeito e integral, água que rega, encanta e habita, tão perfeita que fascina, causa espanto ou amedronta.

Terreiros participantes deste debate

1. Abassá de Amaze
2. Axé Abassá de Ogum
3. Filhos de Ogunjá
4. Gidenirê
5. Grupo das Sacerdotisas e Sacerdotes do Axé (esta é uma articulação, e não um terreiro, que esteve presente no debate)
6. Ilê Asé Ogum Alakaiê
7. Ilê Asé Òpó Olú Ode Alaiedá
8. Ilê Axé Iyá Nassô Oká
9. Ilê Axé Jfocan
10. Ilê Axé Kayó Alaketu
11. Ilê Axé Obá Nijó Omim
12. Ilê Axé Obá Tadê Patiti Obá
13. Ilê Axé Oiá Tunjá
14. Ilê Axé Omim Funkó
15. Ilê Axé Taoyá Loni
16. Ilê Obá do Cobre
17. Ilê Oxumaré
18. Kanzo Mukambo
19. Luandan Jucia
20. Onzó de Angoro
21. Tanuri Junçara
22. Terreiro de Jauá
23. Terreiro de Oxum

24. Tuumbaenconconsara
25. Tuumba Junçara
26. Tuumba Lagi Junçara
27. Vintém de Prata

A morte, os mortos, eguns, orixás e inquices

Este tema foi escolhido na seqüência de conversas, por ser usado também como forte instrumento de afastamento das pessoas e como fonte de alimentação do preconceito dos que acusam o povo de candomblé de cultuar o mal.

Mortos e ancestrais

A morte não é um fim, porque fica o egum. Todo aquele que vive no candomblé está no meio de uma força comum: o axé. Ao morrerem, as pessoas continuam a fazer parte dessa força comum, não deixam de ser presença e estão em continuidade. Por isso podemos dizer que depois da morte não há um morto, mas há um egum. Nesse sentido, todo mundo é egum: uma criança que nasceu e logo em seguida morreu é egum. Mas nem todo egum é ancestral. (Egum é qualquer morto; ancestral é um egum da mesma linha do axé.)

Para a tradição de algumas casas, mesmo aqueles que desde a África não se chamam ancestrais têm o seu lugar, mas somente os que fazem parte de um mesmo axé são ancestrais de fato. Aqueles que participaram do axé de uma casa, dependendo do que foram na hierarquia e de como contribuíram para esse axé, devem ser chamados de ancestrais. É como se os ancestrais se integrassem aos pilares da casa, ajudando a manter e a distribuir o axé.

Aqui uma observação à parte se faz necessária. Para muitos, ser ancestral não significa apenas ser de uma mesma casa. Afinal, a reflexão sobre a origem do axé é complexa e pode, segundo a tradição de algumas casas, remontar à África. Nessa visão, todo povo do candomblé teria o mesmo pilar – a África –, o que lhe daria o mesmo ancestral.

Não havendo dúvidas de que os ancestrais são um dos sustentáculos do axé, em uma casa, mesmo antes de se chegar a Exu – que é o princípio de qualquer movimento – passa-se pelos ancestrais, aqueles que ajudam a conservar o fundamento da casa. Assim se vê qual o sentido de rituais diferentes para pessoas que tiveram uma participação diferente no axé. Mas isso não é regra geral. Em algumas casas, os ritos para Exu precedem os ritos para os ancestrais, o que, entretanto, não deixa de confirmar a sua importância.

Em muitas casas, um iniciante que morre terá rituais diferentes de uma equede, ou de um ogã, e ainda mais diferentes de uma ialorixá ou de um babalorixá. Estes, durante a sua vida em uma casa, ou no seio de um axé, contribuíram em proporções de intensidades distintas para a continuação deles: uns foram mais importantes que outros na manutenção do axé. Todos, depois que morrem, são eguns, mas de tipos diferentes. Há uma hierarquia a ser respeitada por meio de rituais próprios, sendo que os rituais básicos (como músicas e danças) são comuns. Quando morre uma pessoa não-iniciada, pode-se cantar para encomendar o corpo, mas não se faz o axexê. Há casas que defendem outra posição: qualquer iniciado que tiver todas as suas obrigações pessoais feitas (1, 3, 7, 14 e 21 anos) tem direito a todos os rituais e obrigações após a morte, a depender apenas de a casa ter condições para realizá-los. Essas obrigações dirão respeito também à casa e ao que o egum quiser.

Lesé Egum e Lesé Orixá

Na grande família do povo de candomblé, ao menos no povo de queto, há as casas de candomblé que são especializadas em cerimônias com os eguns e há as casas que têm cerimônias para os orixás. É como se fossem dois ramos do mesmo tronco: de um lado, Lesé Egum; do outro, Lesé Orixá.

Algumas casas Lesé Orixá cultuam eguns só pela intenção: dão-lhes comida, mas não recebem os eguns. No lado Lesé Egum os homens vêm para dançar. A morte não é sinal de tristeza: é uma continuidade. Os rituais são celebrados com a presença dos que morreram. São chamados como que para recordar situações agradáveis já vividas. É como se viessem para uma conversa, vestidos de forma alegre, brilhante, dourada, para todos aprendermos que a morte não é uma coisa trágica nem terrível. Cada egum vem e a referência que se faz ao orixá é feita ao orixá de cada egum.

No lado Lesé Orixá há rituais de comunicação com os ancestrais, e rituais para quem morre, mas de forma diferente. Há um espaço reservado e pessoas designadas para isso, que são alguns homens da comunidade, em detrimento das mulheres, pois os ancestrais acham que elas são mais vulneráveis à possessão pelo egum do que os homens.

Afastar, educar os mortos?

Falar desse assunto, lidar com os mortos, não deixa qualquer pessoa do povo de candomblé à vontade. É confirmado na crença que há eguns que atrapalham a vida.

Há a sensibilidade para a presença de eguns próximos às pessoas, eguns que não são ancestrais – e por isso não auxiliam nem participam da força do axé. Para esses eguns, há rituais específicos com o propósito de afastá-

los. Entende-se que eles, além de não ajudarem, podem atrapalhar o axé e a própria vida dos que cercam. Porém, os eguns não fazem só o mal: às vezes eles mostram o caminho, dão assistência, fazem o bem e até auxiliam no jogo. Para muitas casas, esses que auxiliam são os ancestrais.

Se, por um lado, na tradição de algumas casas não há uma preocupação de educar ou doutrinar o egum, pois o que rege é a ancestralidade, por outro lado, noutras casas, segundo cada tradição, um orixá pode doutrinar um egum. Há a preocupação de educar os eguns por meio de rituais próprios e programados.

O caso dos caboclos

Onde há cerimônias com caboclos não se diz que eles sejam eguns. Mas, por terem vivido como seres da terra, pode-se dizer, sob um certo ângulo, que são eguns. Os caboclos estão, por sua vez, em três estágios diferentes. Quem educa os caboclos são eles próprios: um ajuda o outro a educar-se. Em algumas casas, o orixá também pode vir a exercer essa função.

A força dos eguns e a força dos orixás e inquices

Eguns, orixás ou inquices são forças de áreas de atuação diferentes. Pode-se dizer que os orixás ou inquices estão ligados a forças mais fundamentais do princípio da vida. Isso se pensa porque os ancestrais serviram em vida

a um orixá ou inquice, e, quando fazem sua passagem espiritual, continuam servindo a eles de forma diferente.

Para muitos, a compreensão da força e energia dos caboclos é diferente, podendo-se dizer que se acha entre o espírito e o orixá.

Uma visão histórica dos bantos sobre os mortos

O colonizador português encontrou na África, em Angola-Congo, um negro que acreditava em um deus único chamado Zambiapungo, tendo como pilar da sua crença o culto aos mortos da sua família. Era costume guardar os ossos desses mortos dentro de casa para, por intermédio deles, fazer os pedidos. Só que os padres portugueses disseram que aquilo era barbarismo, que só era permitido adorar o osso de São Francisco, a língua de Santo Antônio, o pedaço da unha de santo “não sei o quê”, mas cultuar osso de “preto” – designado assim pelos preconceituosos – era um rito bárbaro. Também encontraram a cruz como símbolo que os negros angolanos e congolezes usavam para representar a linha da vida: acima da linha horizontal vivemos nós; abaixo, os mortos. A linha vertical seria o elo entre os vivos e os mortos.

Então foi muito fácil, para eles, transformar essa cruz em cruz de Cristo, e transformar essa adoração, esse culto aos ancestrais de seus familiares, no culto aos ancestrais dos santos católicos. Foi por isso também – devido a essa

semelhança do culto que já existia na África com a religião que os portugueses e espanhóis traziam – mais fácil arrancar dos negros as suas próprias crenças e impor a ferro e fogo a doutrina cristã.

A reencarnação também era crença do negro, mas era uma reencarnação diferente: o negro não tinha essa idéia cristã de que tudo foi feito para o homem. Ele achava que o homem, como todas as coisas, também foi criado. Então a pedra é sua irmã, a árvore é sua irmã, o lago, o rio, o chão, e tudo mais que Deus fez. Ele não achava que Deus fez o cajueiro para o homem chupar caju, porque, se assim fosse, a que serviriam então essas árvores que não dão fruto? Ele achava que Deus fez tudo e que tudo é igual.

A religião cristã, à qual muitos do candomblé sentem-se honrados de pertencer, dizia que aqui no Brasil era permitido escravizar negros porque os negros não tinham alma, como os animais não têm, como as árvores não têm; aos índios era proibido escravizar. O negro não achava isso: o angolano acreditava que tudo que existe na natureza é irmão. Quem do povo de candomblé não acredita e sabe que pedra cresce, que pedra transpira, que pedra chora? – e muitos já ouviram pedra gemer. Então, para o negro, ao morrer ele poderia reencarnar como uma pedra, como uma árvore, como um rio, enfim, da forma que lhe aprouvesse. Com o surgimento do espiritismo, mais uma religião ou seita branca vinda da Europa, a idéia de

reencarnação ficou limitada a homem reencarnar como homem.

Existem eguns bons e ruins: não é pelo simples fato de uma pessoa morrer que ela deve ser afastada, que se deva fazer ebó para afastá-la. Existem espíritos bons e espíritos ruins. Um espírito ruim pode ser até nossa mãe que depois de morta diz: “Você não vai ficar aí embaixo, você tem que vir para onde estou”. São mães possessivas, pais cruéis etc. Temos que separar bem essa coisa do egum que nós chamamos “cazumbi” – o mau, o perverso. Mesmo o negro angolano acha que tudo que acontece de ruim é provocado por esses eguns/vumbis, chamados de cazumbis, espíritos que podem fazer o mal.

Manifestações e fontes do preconceito

Mesmo no interior do candomblé, há pessoas que incorrem no erro de crer que egum só faz o mal, e com isso desprezam forças que poderiam estar contribuindo para o axé. O que também se pensa quanto a isso é que o que levamos desta vida são nossas ações morais: se um egum faz o mal, é porque fez o mal em vida.

Na sociedade, de forma equivocada, caiu no uso comum associar negativamente os eguns a forças do mal. E mais errado ainda está quem associa essas forças do mal a Exu ou Inzila, que, de forma pejorativa, levam a pecha de representantes do mal. Ora, esse retrato do mal, por um conjunto de equívocos e pela alimentação de precon-

ceitos, fez enquadrar-se a questão dos eguns no mesmo caso das acusações e usos da figura de Exu ou Inzila, como vimos no capítulo anterior. O candomblé, como um todo, sofre essa fama negativa, e seus líderes devem rejeitá-la de modo positivo e firme.

Terreiros participantes deste debate

1. Abassá de Amaze
2. Axé Abassá de Ogum
3. Bate-Folha
4. Filhos de Ogunjá
5. Ilê Asé Ogum Alakaiê
6. Ilê Axé Airá
7. Ilê Axé Gum Tacum Wseré
8. Ilê Axé Iyá Nassô Oká
9. Ilê Axé Jfocan
10. Ilê Axé Kayó Alaketu
11. Ilê Axé Loyiá
12. Ilê Axé Obá Tadê Patiti Obá
13. Ilê Axé Oiá Tunjá
14. Ilê Axé Omim Funkó
15. Ilê Axé Omim J'Obá
16. Ilê Axé Oyá Iogbe
17. Ilê Axé Taoyá Loni
18. Ilê Obá do Cobre
19. Ilê Oxumaré

20. Kanzo Mukambo
21. Onzó de Angoro
22. Sociedade S. Jorge Filho da Goméia
23. Terreiro de Jauá
24. Terreiro de Oxum
25. Terreiro de São Sebastião
26. Terreiro do Bogum
27. Terreiro do Vodunzô
28. Tony Sholawio
29. Tuumbaenconconsara
30. Tuumba Junçara
31. Tuumbalagi Junçara

O candomblé e as mulheres: papel e direitos

Antigamente as mulheres de candomblé não trabalhavam fora e eram casadas, tinham companheiros que apoiavam a permanência delas no terreiro por períodos longos, não havia compromisso. Em alguns casos, os homens estimulavam as mulheres a que ficassem no terreiro para que eles pudessem ter “liberdades” lá fora.

Hoje, freqüentemente, a mulher tem que fazer uma opção, pois uma vez entrando na religião pode perder o marido ou o namorado, se este não a aceitar. O preconceito contra a religião continua ocorrendo tanto quanto no passado, mas a pressão sobre a mulher aumentou com a falta de tempo, o trabalho e as obrigações familiares.

Tempo do candomblé e tempo da família

Há certa desvantagem em conciliar o candomblé com a família, porque às vezes as pessoas casadas não conseguem desempenhar as tarefas de casa, que são muitas,

mais as do candomblé. Por exemplo: se uma mulher assume determinado papel, de filha-de-santo ou de iaô, no candomblé, então tem que demorar no terreiro, reverenciar os santos, ficar uns dias isenta de relação sexual, e desligar-se de outros compromissos que podem vir a afetar a família. Essas são algumas das desvantagens da mulher-de-santo, da mulher do candomblé.

As mulheres do candomblé, evidentemente, têm uma sobrecarga de afazeres superior à das que não pertencem a essa religião. Além de trabalharem fora, cumprirem suas ocupações domésticas, elas assumem também as tarefas do candomblé.

Há também a questão do ajuste do tempo do candomblé com o tempo da família. Um exemplo forte é a questão de os maridos não admitirem a mulher no candomblé principalmente por causa das exigências em relação às abstinências pessoais. Isso é um problema sério que as mulheres enfrentam no candomblé, realmente um assunto de difícil solução e que, às vezes, as constrange a ter de optar entre o candomblé e o marido e os filhos.

Devido à pressão, há mulheres do candomblé que vivem duas vidas. Muitas vezes a mulher omite sua condição no relacionamento com a família, o que a obriga a ter de “preparar o terreno” em casa para poder sair para o candomblé.

O candomblé e a família são compromissos diferentes; é preciso saber conciliá-los e ao mesmo tempo separá-

los. A mulher tem que saber harmonizar a vida da família e a vida do candomblé, de forma que uma não interfira na outra nem a prejudique.

A conquista feminina do respeito e da acolhida

Algumas pessoas que não têm família formada ou são desarticuladas das famílias, ou que têm uma família com temperamento fechado, conseguem complementar-se no candomblé, onde acham o apoio social. Assim elas encontram na mãe-de-santo, na irmã-de-santo, na prima-de-santo a sua família.

Uma vantagem para a mulher do candomblé está na auto-estima. Ali, desde antigamente, ela tinha sua auto-estima valorizada: uma lavadeira era chamada de senhora, uma cozinheira tinha a seus pés toda a reverência da comunidade. Como hoje, a religião compensava a humilhação que a vida lá fora lhe dava, em virtude de sua posição social. No candomblé, pode-se dizer que a mulher experimenta uma certa ascensão social.

A mulher discriminada na família inverte muitas vezes a desvantagem quando vai para o candomblé. Principalmente quando se torna uma ialorixá, ela passa a ser reconhecida por sua família de sangue. O orixá e o culto tornam-na mais forte e, por causa da religião, ela é mais respeitada.

Considere-se também a alegria da mulher em trabalhar pelo candomblé, para o orixá. A mulher é acolhida

por uma comunidade que a conforta, que a ampara. Para algumas, o candomblé chega a ser uma válvula de escape: lá, ela pode expressar suas dores e sentimentos, pois sabe que vai ser acolhida.

Obrigações entre mulheres e homens

Podemos dizer que determinadas diferenças entre homens e mulheres geram, em alguns casos, discriminação em relação aos homens. Esta felizmente não é a posição comum do candomblé, mas a de algumas casas apenas. Tanto a mulher quanto o homem devem aceitar a hierarquia e os orixás. Existem as tarefas específicas dos homens e das mulheres. Em algumas casas, entretanto, por questões de tradição e cultura, as mulheres não consentem nem com a participação nem com a ajuda do homem, e isso é, às vezes, um preconceito.

Quanto à participação, chegamos à conclusão de que a mulher, de certa forma, participa mais no candomblé do que o homem. A mulher experimenta no papel de mãe os sentimentos de dar proteção, educar, criar, dos quais se vale quando cria um filho-de-santo etc. – pelo próprio dom materno, ela se envolve mais. Isso não tira a qualificação e importância dos ogãs, dos babalorixás nem a de todos os cultos que só podem ser feitos pelos homens.

A participação dos homens é restrita nas casas mais conservadoras, até por um motivo prático. Devido à gran-

de quantidade de mulheres, não há necessidade de que os homens assumam tarefas tradicionalmente femininas. Nas casas de menor número de pessoas, e menos tradicionais, é aceita uma participação maior dos homens na ajuda à cozinha e a outras tarefas da casa. Nelas, passa a ser necessária a participação do homem.

A mulher também cultiva no papel de mãe a virtude afetiva. Algumas mulheres não têm filhos biológicos, mas são verdadeiras mães para sua comunidade, acolhem a todos e promovem a união de forma que não haja conflito entre os que a cercam.

De um modo geral, a mulher tem mais “pulso” que o homem. Muitas vezes, pelo fato de ser mulher, a ialorixá é mais respeitada do que o babalorixá, e por isso exerce uma liderança maior.

Para que não se crie confusão na compreensão desse ponto, é bom frisar que a afetividade da mulher no papel de mãe foi associada às mães-de-santo, pois compreendemos os avanços na sociedade, reconhecidos até pelo Código Civil, em que se admite que o amor paterno pode ser tão terno, meigo e suave quanto o materno.

Consciência e educação para confrontar discriminações

A mulher também deve ter discernimento para não culpar o orixá caso algo não dê certo. Em razão talvez do próprio acúmulo de obrigações religiosas de que se encarrega, ela não deve dizer que o casamento ou o namoro

não prosperou por culpa do orixá. Muitas vezes elas contribuem para que continue a haver discriminação, não assumindo que são do candomblé, não revelando sua identidade, não se afirmando como filhas de um terreiro de candomblé. Discutiram-se casos de mulheres que são do candomblé mas não contam para os namorados nem para os noivos; e de outras, já casadas, que dizem não revelar isso para seus esposos. Assim, mesmo sem desejar, colaboram para a discriminação.

Parece que as mulheres do candomblé são muito mais discriminadas pela sociedade do que as outras, e, comparando com aquelas que não têm religião, a vida das mulheres do candomblé realmente prevê mais afazeres. Mas existem mulheres que fazem parte de outras religiões e que têm tantas obrigações, ou em quantidade parecida, quanto as mulheres do candomblé. Notamos que, se tirarmos o peso do preconceito social e de questões específicas de preceitos do candomblé, há um problema geral das mulheres mais dedicadas às suas religiões.

Sobre o fato de haver mais mulheres no candomblé do que homens, o que se vê é que essa diferença não diz respeito somente ao candomblé, mas sucede a todas as religiões. A mulher parece ter uma natureza mais mística. Se formos a uma igreja católica, veremos um número maior de mulheres que de homens.

Por outro lado, a mulher exerce com efeito um papel importante na educação dos iniciados e de todos os membros. É um fato que se observa freqüentemente dentro da comunidade do terreiro: a menor incidência de violência e de outras coisas que, do lado de fora, acontecem mais. Achamos que isso ocorre em razão de a mulher estar na orientação da educação das crianças e dos membros em geral do candomblé.

É preciso notar que as mulheres do candomblé ocupam altos cargos, assim como os homens, diferentemente do que se verifica em outras religiões, como a católica, em que não existem mulheres nas posições mais importantes. Havendo necessidade, homens e mulheres no candomblé fazem trabalhos semelhantes; mas existem pequenas diferenças entre as casas de candomblé: algumas restringem a participação deles a determinadas tarefas. A maior participação, por sua vez, abre a consciência da mulher, reforçada pelo exercício da autoridade no candomblé, em cujo âmbito ela é reconhecida como grande administradora. Mas ainda são necessários uma maior valorização da mulher, movimentos de união entre as mulheres do candomblé, o reconhecimento pelas mulheres da sua potencialidade e um maior respeito e consideração por parte de toda a sociedade.

Terreiros participantes deste debate

1. Axé Abassá de Ogum
2. Ilê Asé Máà Asé Ni Odé
3. Ilê Asé Osun Inká
4. Ilê Axé Ache Ibá Ogum
5. Ilê Axé Airá Omim
6. Ilê Axé Ewê
7. Ilê Axé Iyá Nassô Oká
8. Ilê Axé Obá Tadê Patiti Obá
9. Ilê Axé Obá Tony
10. Ilê Axé Taoyá Loni
11. Ilê Axé Omim Funkó
12. Ilê Axé Omim J'Obá
13. Ilê Axé Omim Lessy
14. Ilê Obá do Cobre
15. Ilê Oxumaré
16. Mucundeuá
17. Olufanjá
18. Terreiro de Jauá
19. Terreiro do Vodunzô
20. Tuumba Junçara

Candomblé e educação

O que norteia a educação no candomblé é o princípio da hierarquia e da disciplina. O que é a hierarquia senão o respeito aos mais velhos? É, infelizmente, um princípio que está se perdendo, nos dias de hoje, na educação dos filhos.

Atualmente, na tentativa de compensar aquilo que se pensava que era um sofrimento, deu-se aos filhos a situação privilegiada de ser donos dos pais. O candomblé, com o que ele chama de hierarquia, de educação, de princípio, da convicção de que a sabedoria está no mais velho e de que, conseqüentemente, a ele se deve dedicar todo o respeito, vem na contramão da moda de “culto aos jovens”, que aí está a proclamar que “o jovem é que tem vez, o velho não está com nada”. O que resultou disso foi uma inversão de valores. Os jovens se orgulham de roubar, orgulham-se de grafitar, orgulham-se de ser nocivos à sociedade. Se não tomar cuidado, o candomblé também já era.

Uma lição o candomblé pode dar à sociedade: o princípio de respeito aos mais velhos é indispensável para que se possa experimentar uma convivência melhor. Mais velhas ainda que os mais velhos são as leis; leis que nós herdamos. O desrespeito a elas acarreta a impunidade que tem levado a nossa sociedade para onde ela está indo. O candomblé, com sua doutrina de respeito aos mais velhos e às leis, é um grande exemplo e um grande caminho a ser seguido.

Educação por direitos

O candomblé trata diretamente da educação. Zela por educar o lado espiritual, ensinar o cuidado com o corpo e com o espírito, ensinar o respeito aos mais velhos. Preocupa-se também com os filhos: a educação, em um sentido mais amplo, é o alargamento dos horizontes das informações transmitidas aos filhos, aos irmãos, para trabalhar a conquista de direitos na sociedade.

A educação, em se tratando do candomblé, é uma disciplina, uma doutrina a partir do momento em que entra no axé para se aprofundar nos princípios, quando então o jovem recebe a educação, aprende a rezar, a tomar bênção aos mais velhos, a respeitar o próximo não só ali no axé, como em qualquer lugar. A educação é o princípio, o respeito ao próximo em toda circunstância. A expressão de educação está no respeito à individualidade do outro, na conciliação entre o livre-arbítrio e a convivência dos dife-

rentes, sem que um pretenda tomar o espaço do outro. O exemplo da boa convivência entre uma mãe-de-santo e seu filho consangüíneo que é padre demonstra que essa aproximação é possível. Nesse sentido o candomblé educa para respeitar direitos e ter direitos respeitados.

Educar também é a arte de moldar o caráter ou fazer a correção das más tendências. Baseada nisso, tem-se a educação através do exemplo. Para quem lidera um grupo, não existe melhor expressão de educação.

Serviço de educação

Muitas casas de candomblé se envolvem com a educação de crianças. Existem vários exemplos, como os trabalhos realizados em Mar Grande, na Ilha de Itaparica, e muitos outros por aí afora.

A educação é preponderante na vida de qualquer ser humano, seja qual for o seu segmento religioso. Mas é certo que podemos fazer um trabalho com nossos irmãos que não tiveram a oportunidade de freqüentar a escola e são analfabetos ou semi-analfabetos. Por quê? Porque informando esses irmãos hoje, ficará mais fácil o bom entendimento da sua “nação”, dos outros segmentos religiosos e de seu papel na sociedade.

No entanto, essa educação não é reconhecida oficialmente, muito embora em alguns terreiros já existam escolas consideradas, até por organizações internacionais, mo-

delos de educação. O trabalho feito dentro dos terreiros não é reconhecido pela sociedade e os terreiros têm que investir muito na educação, não só com o intuito de preparar para a religião, mas tendo também que preparar para a convivência social. Fomos educados para o medo, porém agora temos que mudar essa situação.

O candomblé na educação

A imagem do candomblé nas escolas precisa ser esclarecida. O que se ensina na escola sobre o candomblé é um apanhado de preconceitos e incorreções que só reforçam a discriminação que a sociedade comete contra essa religião. Parte dessa responsabilidade também é do povo de candomblé, que deve defender dentro dos terreiros o orgulho de pertencer à religião.

Conhece-se o exemplo de uma mulher, mãe-de-santo, que não teve filhos e foi parteira: adotou muitas crianças, cerca de quinze ou vinte, e todas elas se iniciaram no candomblé por causa desse carinho, desse cuidado materno, assim como todos os seus netos posteriormente se iniciaram ou então estão em processo de iniciação. Esse respeito foi confundido entre o que se deve à mãe e o que se deve à ialorixá, distinção que preserva a particularidade de cada condição. Isso mostra o exemplo de uma mãe que conseguiu que todos os seus, todos os que a circundavam, preservassem o seu orixá e a memória do candomblé.

Terreiros participantes deste debate

1. Axé Abassá de Ogum
2. Bate Folha
3. Ilê Asé Máà Asé Ni Odé
4. Ilê Axé Iyá Nassô Oká
5. Ilê Axé Jfocan
6. Ilê Axé Kaió Alaketu
7. Ilê Axé Obá Tadê Patiti Obá
8. Ilê Axé Oguiã
9. Ilê Axé Oiá Tunjá
10. Ilê Axé Omim Funkó
11. Ilê Axé Omim J'Obá
12. Ilê Axé Omim Lessy
13. Ilê Axé Omim Nitá
14. Ilê Axé Taoyá Loni
15. Ilê Oxumaré
16. Kanzo Mukambo
17. Mucundeuá
18. Omim Oiá
19. Terreiro de Jauá
20. Terreiro de Oxum
21. Terreiro do Bogum
22. Tuumba Junçara
23. Vintém de Prata

sacrifício ou Sacrifício?

Sacrifício: oferenda solene à divindade de produtos da terra e animais.

(Novo Dicionário Aurélio, 2ª Ed. 1986)

Se no Brasil aquilo que as pessoas têm em mente quando falam de sacrifício fosse igual à definição do dicionário Aurélio, não teríamos problemas em afirmar que, sim, fazemos Sacrifícios no candomblé.

Mas a realidade não é essa, ela é cheia de preconceitos e de imagens imprecisas, e, porque não dizer impuras. O que compõe a maioria das imagens dos que falam que o candomblé faz sacrifícios são mortes de animais realizadas sem cuidados, carcaças jogadas em desperdício... E isso não é nossa realidade. Com essas imagens de sacrifício nós não pactuamos.

Começamos por afirmar, contra algumas expectativas que o que fazemos em nossas casas de candomblé

não é sacrifício, com s minúsculo. Assim nos diferenciamos: Sacrifício sim, mas sacrifício não.

Não é sacrifício, é oferenda, é troca, é nascer para o orixá ou inquice ou vodunce ou ancestral a cada dia, é banquete partilhado com os deuses, é reencontro de novo o tempo todo. Quando a gente nasce, nasce envolto naquele caldo, na placenta, molhado de sangue, nascemos assim. O ejé é esse reencontro, então não tem sacrifício, é comida partilhada com os encantados e o resto é preconceito. O sacrifício nada mais é que tirar algo de alguém e o que o candomblé faz não é tirar nada de ninguém. Nosso Sacrifício é uma oferenda, uma atitude milenar. Deve-se usar o termo oferenda no sentido de comunhão, de oferecimento, de nguzo ou modupé ou axé, de alimento aos orixás, inquices, vodunces e ancestrais, e de obrigação no sentido de um compromisso de uma responsabilidade assumida de fazer algo... Se for assim que entende não importa a palavra, importa o coração, a dedicação o cuidado de oferecer: chame-se Sacrifício ou oferenda, mas não sacrifício, de minúsculas idéias e com o sentido de morte pela morte, palavra sem a comunhão e a atitude comum de amor ao sagrado que está presente em nossas ofertas.

É impossível não se abalar com o racismo hipócrita e descarado que permeia a forma pela qual os brasileiros cultos e esclarecidos tratam de assuntos os quais nunca se deram ao trabalho de saber o que são. É muito fácil

declarar que não vivemos há três mil anos numa tribo africana para criticar o sacrifício de animais nos rituais de umbanda e candomblé, como fez o Movimento Gaúcho de Defesa dos Animais. O difícil é defender os direitos dos animais contra grandes pecuaristas e granjeiros que os mantêm na engorda sem o espaço mínimo e entupidos de hormônios para que estejam rapidamente prontos para morrerem eletrocutados, ou à cacetada, antes da comercialização... Foi partindo de pressupostos como esses, de atraso cultural, que se justificou a ocupação colonial da África, êta preconceito! E para os que são de fora do candomblé é bom lembrar que nós todos comemos animais, não só o povo de candomblé, e do jeito que são tratados e abatidos pela indústria, eles é que são sacrificados! E a sociedade nem se incomoda com isso!... Aos vegetarianos, é bom lembrar que as plantas também têm vida, ninguém entre nós humanos costuma comer outros seres ainda vivos – as plantas, por exemplo, são consumidas depois de arrancadas do pé.

Todas as religiões fazem suas oferendas. Todas têm seu simbolismo, sua liturgia. Os padres da igreja católica na hora da eucaristia oferecem a hóstia como o corpo de Cristo e o vinho como o sangue: isso não significa dizer literalmente que se está comendo o corpo de Cristo ou bebendo o sangue de Cristo: está se fazendo uma forma de celebração e de comemoração. Mas quando chega à nossa religião, o candomblé, tudo é visto negativamente,

como religião do diabo, coisa diabólica, magia negra. Em outras oportunidades já falamos sobre isso, mas é bom frisar: no candomblé não se cultua o diabo, isso é coisa que os cristãos inventaram... Enfim: quando vêm no que fazemos sacrifícios ao invés de oferendas, atrás desses olhos se escondem, em maneiras de pensar e falar, o preconceito e a discriminação racial.

Nós compreendemos que o que fazemos não é um ato isolado de provocar a morte, é uma celebração, é uma oferenda, como todas as religiões têm, com um acréscimo que é a partilha: uma comunhão posterior à oferenda. Ora, comer um animal não é sinônimo de assassinato: está relacionando a rituais sagrados, onde o candomblé deverá ampliar, acumular e distribuir a força vital e sagrada que é o modupé ou axé ou nguzo.

A palavra sacrifício é extremamente pejorativa e não foi inventada por nós. Foi a visão dos estrangeiros, dos europeus, a comparação que fizeram com outras religiões, que fez com que eles chamassem nossos rituais de sacrifícios.

É bom reforçar que: chamar o que fazemos de sacrifício de animais nada mais é que a pura intolerância religiosa. As pessoas não estão nem um pouco preocupadas se os animais estão morrendo ou sendo sacrificados. Querem ser contra a religiosidade de matriz africana. O que chamam de sacrifício não é o que fazemos. Nossa prática deveria ser chamada por eles de oferenda porque a idéia

de sacrifício, como é usada pelos outros para falar de nós, é uma idéia muito negativa, ela deprecia nossa fé. É importante conscientizar as pessoas do que é a oferenda que fazemos e o que ela significa. Ela é necessária como uma forma de celebração, como troca de energia entre as pessoas e os orixás, inquices, vodunces e ancestrais. É uma demonstração de fé, de respeito e de obediência. O processo da oferenda envolve valores que antecedem o próprio momento da oferenda, desde a preparação que já é um ritual, um respeito, até o final da celebração. Um fator fundamental na nossa cultura de origens africanas é a partilha, a comunhão dos alimentos com os orixás, inquices, vodunces e ancestrais, é uma celebração fraterna. Essa idéia de comunhão e partilha que para nós é fundamental, deve ser reforçada e divulgada.

Para respeitar nossas tradições essa palavra sacrifício deveria ser trocada no vocabulário geral por oferenda, tanto para o candomblé quanto para a umbanda, ou então lembrar a todos o que é para nós Sacrifício (com letra maiúscula) e tudo que ele envolve. Os animais estão presentes em nossos cultos em função da comunhão. Os chamados “santos”, os ancestrais e nós nos alimentamos de três fontes: animal, vegetal e mineral. O animal entra nessa comunhão divina com o ser humano quando se oferecem alimentos à divindade e depois todos os integrantes da comunidade partilham do mesmo banquete. Essa é a função da oferenda que fazemos e que muitos traduziram

preconceituosamente como sacrifício e não como Sacrifício!

Depois de tantos anos de preconceito e racismo contra nossas religiões talvez fosse melhor abolir o nome, evitar explicações e chamar sempre de oferenda! Mas para nós importa menos o nome e sim o que vai no coração de quem faz a oferta, e saber que todo ritual foi feito por amor e por vontade de garantir a vida de todos e para todos.

Terreiros participantes deste debate

1. Centro Caboclo Eru A. Jiquiriça
2. Centro Caboclo Oxossi Talami
3. Centro do Caboclo Sultão das Matas
4. Centro Espírita Caboclo Itapoã
5. Centro de Umbanda Aldeia do Caboclo Tupinambá
6. Ilê Axé Layê Lubo
7. Ilê Axé Abassá de Ogum
8. Ilê Axé Araka Togun
9. Ilê Axé Ayrá Oumin
10. Ilê Axé Ayrá (Ilha de Mar Grande)
11. Ilê Axé Ewê
12. Ilê Axé Ibá Ogum
13. Ilê Axé Iyá Nassô Oká
14. Ilê Axé Jagun
15. Ilê Axé Jagun Bomin

16. Ilê Axé Jualê Oumiladê
17. Ilê Axé Ibá Ogum
18. Ilê Axé Iyá Nasso Oká
19. Ilê Axé Iyá Omin Lônã
20. Ilê Axé Jfokan
21. Ilê Axé Jifulú
22. Ilê Axé Jitolobi
23. Ilê Axé Jualê Oumiladê
24. Ilê Axé Kalé Bokum
25. Ilê Axé Kaió Alaketu
26. Ilê Axé Maa Asé Ni Odé
27. Ilê Axé Obá Adé Nilá
28. Ilê Axé Obá Ninjó Omin
29. Ilê Axé Obá Nirê
30. Ilê Axé Obá Tony
31. Ilê Axé Ode Tomingwá
32. Ilê Axé Olufan Anancidê Omin
33. Ilê Axé Omin (RJ)
34. Ilê Axé Omin Funkó
35. Ilê Axé Omin Ogunté
36. Ilê Axé Omin J'Obá
37. Ilê Axé Omin Lonã
38. Ilê Axé Omin Nijá
39. Ilê Axé Omindê
40. Ilê Axé Oxossi Talami
41. Ilê Axé Oxumaré

42. Ilê Axé Oyá
43. Ilê Axé Oyá Ossun
44. Ilê Axé Oyá Tunjá
45. Ilê Axé Oyó Bomin
46. Ilê Axé Taoyá Loni
47. Ilê Axé Pondamin Bominfá
48. Ilê Yá Yalodeidê
49. Ilê Obá Fangy
50. Ilê Omo Keta Posu Beta
51. Manso Dandalungua Cocuazenza
52. Ñzo Sassaganzuá Mono Guiamaze
53. Terreiro Caboclo Catimboiá
54. Terreiro da Casa Branca
55. Terreiro de Jauá
56. Terreiro de Oxalá
57. Terreiro de Oxossi Mutalambô
58. Terreiro de Oxum (Caminho de Areia)
60. Terreiro do Bogun / Omin Nitá*
60. Terreiro do Caboclo Catimborá

Feitiço

Algumas definições que estão em dicionários sobre *feitiço*, magia e outras palavras semelhantes estão cheias de idéias que não surgiram do povo de candomblé. Bruxaria, artes diabólicas, forças indecifráveis da natureza e outros termos não são usados e não fazem parte do dia-a-dia das casas de candomblé que refletiram sobre o tema *feitiço*.

A própria palavra *feitiço* não é usada correntemente nos terreiros. Mais uma vez, foram outros olhos que definiram e atribuíram coisas ao povo de candomblé, sem perguntar a nós o que pensamos sobre o assunto.

O que as pessoas de fora do candomblé precisam entender é que, para nós, o mundo é um só, que tudo e todos estamos interligados: humanos, animais, pedras... E quando falamos das forças da natureza, dos criadores, das criaturas, tudo faz parte de um mundo só, mesmo que esteja dividido em duas partes, uma só maçã dividida em duas, uma só laranja dividida ao meio. O fato de

morarmos em lugares diferentes não nos leva a pensar que estejamos desligados – os orixás, inquices, vodunces e encantados vivendo de um lado e nós humanos do outro, sem nos comunicarmos. Ao contrário estamos todo tempo e em qualquer lugar sempre em comunicação.

Assim começam as nossas diferenças com quem quer nos olhar de fora e dizer o que somos. Para o povo de candomblé tomar café, andar, namorar, comer, falar, lidar com forças da natureza e encantados, dormir, acordar, apaixonar, tudo é viver! Não é, como querem ver, tudo separado: agora estão ali fazendo *feitiço*, agora estão ali trabalhando, agora estão ali namorando, como se fossem coisas separadas e isoladas.

Um indivíduo do candomblé come para se alimentar e viver do mesmo jeito que lida com forças da natureza, para viver! Do mesmo jeito que festeja com os amigos, faz compras e trabalha, o indivíduo do candomblé se relaciona com as forças que acredita estarem sempre presentes ao seu lado e que garantem a sua vida. É preciso entender que o indivíduo não muda: se estiver ali uma mulher que de manhã cuidou dos filhos, antes de trabalhar cuidou dos assentamentos que tem em casa e saiu; esta mulher não muda. Ela é o que é sempre, e pensa que está viva porque está acompanhada por seus protetores (orixás ou inquices ou vodunces, ou encantados...).

É natural então, para alguém do candomblé, cuidar das energias que encontra no mundo e manipulá-las a

seu favor, é uma atividade como outra qualquer da vida. Quem olha de fora é que vê o extraordinário, o fantástico: como se o momento de cuidar dos protetores seja tão diferente que precisa de um nome especial. Nomes como *feitiço*, *magia* e outros surgem como um apelido dado por quem não vive o candomblé no cotidiano e quer dar um nome diferente para aquilo que ele não faz para viver, para sobreviver no mundo¹. Aqui precisamos marcar esse ponto: se quiser entender a manipulação, a lida das pessoas do candomblé com as forças da natureza, tem que lembrar que é uma atividade que todos devem fazer para viver! É o nosso dia-a-dia.

Quem faz o mal?

Se todas as pessoas têm o direito de viver, e se para viver todos temos que cuidar da comunicação entre tudo e todos os viventes - humanos, orixás, inquices, vodunces, encantados - não pode haver escolha de pessoas. Portanto, o candomblé não escolhe as pessoas, elas são o que são. Retas, tortas, feias, bonitas, mulher, homem, não importa, todas as pessoas estão vivas e merecem a vida! Por isso que dizemos que são as pessoas boas ou más que fazem o bem ou mal, não é a religião.

¹ Nas discussões chegou-se a afirmar que, se pedirem a nós uma definição positiva diríamos que *Feitiço é a arte ou dinâmica do povo de candomblé se comunicar com as forças da natureza para evocar proteção, saúde, desenvolvimento, prosperidade e pós caminhos, e aí então viriam os sinônimos de feitiço, ebó e encantamento.*

Como já dissemos: é a mesma pessoa que vive, come, dorme, ama e odeia, é também ela a mesma pessoa que faz uso da religião para viver. Se ela vai querer fazer uso das forças da religião para o mal, essa é a vida que escolheu viver.

Como tudo e todos estamos interligados nada é sem conseqüências. Para nós é uma perda de tempo procurar a religião para fazer o mal a alguém, porque assim como estou protegido, o outro a quem se dirige uma ação também tem sua proteção. Em nosso entendimento, é uma contradição tentar fazer o mal usando a natureza que todos usamos. Pode a natureza voltar-se contra ela mesma? Como haveria equilíbrio se a própria natureza entrasse em conflito em ela mesma? No entanto, há pessoas que chegam em nossas casas querendo fazer o mal a alguém, e por mais que se tente convencê-las de que seria melhor para ela própria fazer o bem, ela continua obstinadamente querendo fazer o mal.

Como encaramos isso?

Entendemos que não cabe a nós condenar ou julgar ninguém, apenas advertir e orientar. Isso é uma das qualidades da nossa religião, o fato de deixar, permitir, não censurar, não criticar as pessoas, elas podem se comportar livremente, sem hipocrisia. Essa liberdade é uma faca de dois gumes, pois pode ser usada a favor ou contra a própria pessoa ou alguém.

É bom lembrar que esse assunto do mal associado ao candomblé e nomes como *feitiço*, *bruxaria*, *magia* e outros têm uma história anterior, e isso influencia o que acontece hoje.

Preconceito e história

A verdade nunca matou ninguém, mas ficou uma impressão nas pessoas que foram chegando, a partir de uma construção muito antiga, que levou às suas cabeças termos como macumba, ebó e feitiçaria como uma coisa ruim, que muitas vezes não faz parte do nosso dia-a-dia.

Como a nossa religião tem a sua origem ligada a África e aos africanos escravizados no Brasil, aquilo que chamamos de olhar de fora até aqui poderia ser chamado de preconceito. O preconceito em sua matriz é racista contra os negros e contra a sua religiosidade. De forma que a acusação de feitiçaria, de bruxaria, de fazer o mal contra os outros já vem do tempo da “Santa Inquisição” promovida pelos católicos. Essa história trouxe suas conseqüências, algumas das quais já abordamos quando falávamos de Exu ou Inzila.

Para lembrar: o entendimento de que se pode fazer muito mal a alguém com as forças movidas dentro do candomblé foi usado para maldizer, proibir e perseguir a religião. Essa ação gerou também uma reação: a de ameaçar os perseguidores com ameaças de fazer o mal a eles. Ou seja, a história de preconceitos contra o candomblé

também lhe atribuiu poderes de fazer o mal que assustou aos perseguidores da religião.

Diante disso, temos hoje gente que procura o candomblé a partir dos velhos motivos, e gente que aceita essa procura para fazer o que pedem. Mas repetimos que quem pede o mal são as pessoas!

Nossa religião não faz mal. Nossa religião não prega o mal.

Conclusões

Se perguntarem se fazemos *feitiço*, com a carga de preconceito e racismo que essa palavra ganhou com o tempo, com certeza diremos que não!

Se perguntarem se mexemos com forças da natureza, se lidamos com energias da natureza para viver, diremos que sim!

Se perguntarem se o candomblé faz o mal, diremos com certeza que não!

Se perguntarem se há pessoas do candomblé que desejam o mal aos outros, diremos que como em todas as religiões, sim!

Se perguntarem se o candomblé aceita qualquer pessoa, diremos que sim! Com seus defeitos e qualidades ela é aceita desde que respeite as regras da casa que frequenta!

Isso tudo porque de fato acreditamos em uma força superior a todos nós que sabe a direção de todas as coisas.

O mal que vejo hoje pode ser o bem de amanhã, o bem que vejo hoje pode ser o mal de amanhã. Nós não sabemos mais do que aquilo que nossas consciências podem ver. Por isso importa saber que não estamos sozinhos, que fazemos tudo pelos inquices, orixás, encantados, ancestrais, para que nos acompanhem e ajudem nessa vida, do mesmo jeito que trabalhamos, amamos, sofremos, sorrimos, gozamos, sonhamos... Todos os dias.

Terreiros Participantes deste debate

1. Axé Loiá
2. Centro do Caboclo Mina de Ouro
3. Centro Espírita Caboclo Itapoã
4. Centro Mina de Ouro
5. Ibá Ilê Axé Ogum
6. Ilê Araka Togun
7. Ilê Axé Abassá de Ogum
8. Ilê Axé Anancidê
9. Ilê Axé Anandeuiy
10. Ilê Axé Ayrá (Ilha de Mar Grande)
11. Ilê Axé Ewé
12. Ilê Axé Gezubum
13. Ilê Axé Ig Bonã
14. Ilê Axé Jagun
15. Ilê Axé Jfokan
16. Ilê Axé Jifulú

17. Ilê Axé Jitolobi
18. Ilê Axé Kayó Alaketu
19. Ilê Axé Maa Ase Ni Odé
20. Ilê Axé Obá Patiti Obá Bisneto
21. Ilê Axé Oba Tony
22. Ilê Axé Ode Tola
23. Ilê Axé Olufan Onancidê Omin
24. Ilê Axé Omin Arimsun
25. Ilê Axé Omin Asé
26. Ilê Axé Omin Funkó
27. Ilê Axé Omin J'Obá
28. Ilê Axé Omin Landê
29. Ilê Axé Omin Leuá
30. Ilê Axé Omin Lonan
31. Ilê Axé Omin Nitá
32. Ilê Axé Omin Nijá
33. Ilê Axé Oninjá
34. Ilê Axé Oyá Tunjá
35. Ilê Axé Oxossi Talami
36. Ilê Axé Pondamin Bominfá
37. Ilê Axé Tobomin
38. Ilê Axé Yiá Ossun
39. Ilê Logun Edé Alakaí Koyssan
40. Ilê Oliva Babá Ore
41. Ilê Yá Yalodeidê
42. Nzó Bakise Sasaganzuã Kaiango

43. Ñzo Sassaganzuá Mono Guiamaze
44. Patiti Obá Neto
45. Terreiro Aloyá
46. Terreiro Bate Folha
47. Terreiro Caboclo Catimboiá
48. Terreiro da Casa Branca
49. Terreiro de Jauá
50. Terreiro de Oxalá
51. Terreiro Oxossi Mutalambô
52. Terreiro de Oxum (Caminho de Areia)
53. Terreiro do Bogun / Omin Nitá
54. Terreiro do Cobre
55. Terreiro Guizo Mutalambô Junçara
56. Terreiro Gurebetã Gome Sogboadã
57. Terreiro Kawizidi Junçara
58. Terreiro Manso Dandalungua Cocuazenza
59. Terreiro Matamba de Onato
60. Terreiro Moitumbá Junçara
61. Terreiro Mucundeuá
62. Terreiro São Roque
63. Terreiro Tumbaungongo Sara
64. Terreiro Tuumba Junçara
65. Terreiro Vintém de Prata
66. Terreiro Viva Deus Filho
67. Terreiro Viva Deus Bisneto

O candomblé e a intolerância religiosa

Ordep Serra

Os ritos afro-brasileiros formam um espectro rico e matizado. Não obstante essa variedade, é muito o que eles têm em comum, por causa de ligações de origem e também por conta de aproximações feitas neste país: a diáspora negra nos trouxe as riquezas religiosas de diferentes tradições, que aqui se combinaram e se abriram a outros influxos. No século passado (em especial na sua segunda metade), com a retração das distâncias propiciada pela aceleração dos contatos, aprofundou-se mais a comunicação entre muitos desses cultos, produzindo uma interpenetração que gerou novos desenvolvimentos.

Um caso merece destaque: na sua expansão, a umbanda penetrou em áreas onde o candomblé era hegemônico, e o candomblé também avançou no espaço da umbanda. Esse contato foi prolongado, pacífico e muito fecundo, sobretudo nas grandes metrópoles do país. Mas o

espaço em que vieram a confluir, expandindo-se esses e outros ritos afro-brasileiros, foi também agitado por um movimento que os atingiu com severidade, espalhando-se logo em muitas direções.

Refiro-me à aparição de novas igrejas, representantes de um tipo *sui generis* de neopentecostalismo de missão. Elas empreenderam e continuam a mover uma guerra sem quartel contra os cultos afro-brasileiros. Combatem-nos por meio de uma propaganda agressiva, com estratégias de conversão ancoradas em um violento discurso acusatório.

Quem primeiro sofreu seus ataques foi a umbanda, principalmente no Rio de Janeiro, onde ela prevalece entre os ritos congêneres (o candomblé carioca também foi logo atingido). Pode-se mesmo dizer que essas novas igrejas cresceram parasitando a umbanda, usando contra esta elementos de seu repertório simbólico, de suas crenças, de sua liturgia. Elas se empenharam em usar a umbanda, e logo o candomblé, como referência negativa, de modo a angariar-lhes inimigos e disputar-lhes os fiéis, explorando o temor à “magia negra”. Nessa cruzada, formaram-se pastores de um novo tipo, com uma eloqüência baseada no domínio da linguagem popular, exercitada em performances teatrais. Sua retórica evangélica se apóia na alegação da Bíblia (no uso desse livro como objeto sacro, fonte de *slogans* e base de autoridade), mas também em uma linguagem corporal dinâmica, quase entusiástica. Os seus ofícios religiosos resultam em demonstrações públi-

cas, em espetáculos de massa estruturados como verdadeiros *shows*, em que o apelo à fé é dramatizado com a provocação de oferendas em dinheiro e promessas de taumaturgia. A propaganda da nova fé envolve a diabolização de outros cultos. O Diabo é mesmo a figura central de todo o espetáculo.

A umbanda sofreu o primeiro impacto, mas logo todos os ritos de origem africana seriam atingidos. E a intolerância religiosa veio a ser cultivada no Brasil de um modo novo, com recursos de comunicação de massa antes inéditos. A reação umbandista foi a princípio tímida, mas tem crescido ultimamente, sobretudo no Rio de Janeiro.

No presente, verifica-se o avanço das novas igrejas na Bahia, no velho nicho do candomblé. Este é o alvo central de sua campanha, de sua guerra. Os pregadores dizem claramente que a Bahia está tomada pelo Diabo, e dão como prova disso a força do culto dos orixás em Salvador. Apontam os “feiticeiros” do candomblé como representantes do Demônio.

Por enquanto, o candomblé baiano quase não tem conseguido reagir. Está perplexo com os ataques inesperados, perpetrados com uma estratégia ainda muito nova para suas nações. E o impacto da campanha hostil atinge-o de modo especial, aprofundando uma rejeição racista voltada contra um de seus traços característicos: a maneira como seu rito reforça e consagra a identidade negra.

Origem, nação

Os umbandistas costumam chamar o candomblé de “culto de nação”. O designativo é pertinente: aqueles a quem se aplica esse rótulo o reconhecem. Quando um adepto do candomblé deseja especificar o rito que segue, faz isso dizendo qual é sua *nação*. A nação corresponde, pois, a uma *denominação religiosa* (no sentido com que os cristãos empregam esses termos). Mas é fácil ver que a categoria *nação* encerra, também, uma referência étnica: os nomes que identificam as nações do candomblé são ou funcionam como etnônimos, que se referem a grupos africanos. Esses nomes não correspondem necessariamente a sociedades ou povos bem distintos; muitas vezes são um tanto vagos, ou remetem a classificações elaboradas na diáspora.

No Brasil, os oriundos de Angola eram todos chamados de *angolas*, e os do Congo de *congos*, fossem quais fossem os povos de que procedessem. A *nação angola* do candomblé preserva crenças, valores e memórias de diversos grupos aparentados; cifra uma nova identidade afro-brasileira, a que dá uma sustentação religiosa. O mesmo se aplica ao caso de nossos *congos* – que muitas vezes se amalgamaram aos *angolas* do candomblé, com base em um substrato cultural: uns e outros vêm a ser herdeiros de civilizações bantas. (Há também terreiros que se identificam como *nação congo-angola*.)

Já o nome da *nação queto* deriva de um topônimo, isto é, do designativo de uma antiga cidade-Estado iorubana (Queto), cuja região remanescente integra hoje o território da República de Benin. Os “filhos de Queto” consideram-se também *nagôs*: este nome acabou aplicando-se, no Brasil, a todos os povos iorubófonos e logo também aos ijexás. Nossos quetos e nossos ijexás reconhecem seu “parentesco”, mas se apresentam como nações distintas, em atenção a certas diferenças de liturgia. E há grupos de culto que se identificam simplesmente como *nagôs*.

Os *jejes* do candomblé são herdeiros dos *ewe*, vizinhos e rivais dos iorubanos, com quem também se associaram muitas vezes. No candomblé brasileiro, jejes e *nagôs* acabaram formando um legado comum, que se enriqueceu com influência de outros (dos angolas e congos, principalmente). Alguns terreiros autoclassificam-se como jeje-*nagôs*, mas outros repudiam essa denominação, insistindo nos traços distintivos que separam a nação jeje da(s) *nagô(s)*.

Por fim, autoridades do chamado *candomblé de caboclo* sustentam que “o caboclo também tem nação: é o Brasil”. Mas, ainda assim, seus líderes reconhecem que praticam um rito afro-brasileiro. De resto, tudo indica que o culto dos caboclos teve origem em terreiros angolas e congos, vindo a expandir-se de tal modo que hoje são celebrados em todas as nações do candomblé.

Na sua obra clássica *Os candomblés da Bahia*, Edison Carneiro fornecia uma relação de dezessete nações, partindo dos depoimentos de dirigentes de terreiros que entrevistou. Quem examina essa lista logo vê que aparecem tanto gentílicos relacionáveis com etnias africanas (indicadas de modo mais ou menos vago) quanto nomes compostos em que etnônimos desse tipo são combinados uns com outros, ou com termos cujo significado não tem a ver com nomes de povos. Produzem-se assim designativos em que a referência étnica evidentemente se dilui, cede espaço a outra indicação. O fato é comum ainda hoje e mostra que a idéia de *nação* não se atrela exclusivamente a um registro étnico, ao registro de uma procedência histórica: concerne também – e quiçá principalmente – a diferenças de liturgia. Seja como for, essa identificação *prima facie* religiosa denota etnicidade. Já o mostra o fato de que se continua a empregar o termo “nação”. Há mais: o discurso do candomblé (o ideário das *nações*) aponta claramente para uma origem africana, que nos terreiros é sempre evocada, valorizada e celebrada; os “nomes de nação” geralmente a acusam.

Aí está o dado mais importante: os terreiros de candomblé são, em nosso meio, espaços privilegiados onde sempre se deu, e continua a dar-se, a valorização da origem negro-africana. Neles, essa origem é motivo de orgulho e confere prestígio. Não há muitos lugares onde isso aconteça no Brasil.

A rigor, como se viu, os nomes e símbolos de nação constituem signos que operam na construção de identidades afro-brasileiras. O discurso das nações de candomblé vem a ser um elemento importante na formação do espírito afro-brasileiro: para muitos, é o que torna possível a identificação nesses termos, e o que promove a superação de estigmas racistas, ao propiciar uma leitura positiva da origem africana.

Não é a ascendência imediata que define essa identificação, no quadro das nações: pessoas de diferentes origens podem tornar-se angolas, jejes, nagôs, congos etc., submetendo-se aos ritos iniciáticos. Negros e mestiços, principalmente, encontram assim um caminho de afirmação, um fundamento de auto-estima. A idéia da ascendência é novamente trabalhada nesse contexto de uma forma enriquecedora: como explicam as autoridades do candomblé, quem se inicia em um terreiro passa a ser, em termos espirituais, descendente dos seus fundadores. (Assim um sacerdote branco, o grande Tata Uevi, explicou sua condição de angola, de que tinha imenso orgulho.)

No candomblé – no discurso das nações de candomblé – as origens negras são valorizadas, consagradas, veneradas. Isso, sem dúvida, representa um ganho para nosso país: é impossível pensar o Brasil de forma positiva sem uma valorização das suas origens negras. Identificar-se como queto ou angola é também um modo de se afirmar brasileiro. Assim entende o povo-de-santo.

Por outro lado, não há dúvida de que esquecer nossa ligação com Angola, Congo, a Costa de Benin, o continente negro, em suma, equivale a esquecer, a ignorar o Brasil.

Existe certa rivalidade entre as nações do candomblé, temperada porém pelo reconhecimento de uma interdependência efetiva, de uma ligação profunda, pois o candomblé é uma criação de nagôs e angolas, jejes e congos, crioulos e caboclos. Essas identidades se apoiam e se reforçam mutuamente, reportando-se a um acervo diversificado, mas partilhado em múltipla comunhão.

Um testemunho disso se encontra no grande rito fúnebre do candomblé, que os nagôs chamam de *axexé*, os angolas de *macondo*, os jejes de *sirrum*. Sacramentando a passagem do morto, que deixa seu terreiro, a sociedade, a terra dos homens, o mundo dos viventes, há que se celebrarem os antepassados e os divinos na linguagem de todas as nações: há que se realizar a passagem mística por cada uma delas. Assim se encaminha o falecido para seu destino último. Celebra-se, então, a unidade, a comunhão do povo-de-santo. Nesse momento solene, as diferenças de tradição, de rito, de toque e linguagem, de culto e cultura, são reunidas; pela celebração que as percorre, alcança-se uma transcendência do étnico, do particular, em busca do sentido da existência humana que a morte desafia. Nesse momento, nenhuma tradi-

ção, nenhuma liturgia basta a si mesma. É preciso recorrer às outras, ao outro: dançar a dança dos irmãos, entoar a música dos rivais, partilhar de seu mistério. Isso decorre como um imperativo no grande rito fúnebre dos terreiros: um rito que celebra também a origem do mundo, a criação.

Quem se circunscreve aos preceitos de sua nação, ignorando as outras, não pode fazer candomblé: estará desarmado nos momentos críticos.

No mundo do povo-de-santo, as marcas étnicas caminham para uma estilização. As nações tendem a cifrar-se em liturgia; sua música, sua dança, aspectos cerimoniais, mais que fazê-las reconhecer, informam-nas e nelas encarnam. Um fundo comum de tradição compartilhada sustenta o brilho das particularidades que se destacam. O étnico estiliza-se, deixa-se dominar pelo simbólico, no campo do mistério, de uma forma que o aproxima dos jogos da arte.

Esse fato parece muito positivo. Quem se lembra, um instante que seja, do horror obsessivo da oclusão étnica – do confinamento espiritual na clausura exclusivista do *we-group* definido pela recusa aos outros –, do estreitamento humano que isso determina, dos preconceitos e furores etnocêntricos, dos conflitos hediondos assim gerados em todo o mundo só pode considerar desejável uma estilização desta ordem: uma superação do étnico que conserve a beleza da variedade cultural, mas saiba transformá-

la em arco-íris, ritualizando as oposições com disposição harmônica, matizando os modos de vida ao jeito da arte, sob a luz do sagrado. O “culto de nação” ensina também a transcender as nações.

Discriminação étnico-religiosa

Por muito tempo, alimentamos um racismo hipócrita fazendo de conta que isso não existia por aqui, fingindo não haver “problema racial”. Hoje, só imbecis de imensa má-fé ainda sustentam a balela da “democracia racial brasileira”. Mas quando se fala em intolerância religiosa, muita gente boa ainda faz de conta que ela está longe, que só existe “lá fora”: na Irlanda, no Oriente Médio, na Europa Oriental. A verdade, porém, é que essa desgraça avança em nosso meio de forma cada vez mais aberta e grosseira, numa escalada imoral. Comprovam-no os ataques que vêm sofrendo o candomblé e a umbanda, da parte de pseudo-evangélicos, das igrejas-empresas que proliferam atualmente. Essas igrejas argentárias continuam a fazer a sua propaganda calcada na agressão aos cultos afro-brasileiros, “demonizados” em prédicas furiosas, que chegam à incitação – e à prática – da violência: não raro, os fiéis fanáticos invadem terreiros, impedem oferendas, atiram sal e enxofre nos santuários alheios, entre berros e pata-das. Seus ritos têm como principal função “exorcismos” brutais, recurso dramático usado para diabolizar os cultos que perseguem e parasitam. Isso acontece na praça públi-

ca, na televisão, em toda parte. Esses crimes ofendem nossas maiores leis, a começar pela Constituição Federal. Mas as autoridades pouco se incomodam com isso.

O problema começa a tomar vulto em Salvador. Comerciantes do fanatismo repetem sempre que a Bahia está “dominada pelo Diabo”. E acusam suas tradições negras.

Por ironia, os atingidos são praticantes de ritos que muito contribuíram para um autêntico avanço cultural no Brasil, difundindo aqui um generoso espírito de tolerância. Como religiões não-dogmáticas, os cultos afro-brasileiros não reivindicam qualquer monopólio de verdade. Consagraram, assim, uma mentalidade aberta, que admite e acolhe a diferença. Isso é uma autêntica conquista civilizatória, que hoje se vê ameaçada pela agressão do fanatismo, torpe produto de empresas de lavagem cerebral.

O culto dos orixás enriqueceu o Brasil com a beleza de seus ritos e símbolos, inspirando inúmeros artistas (lembramos Carybé, Mário Cravo, Agnaldo Santos, Dorival Caymmi, Tati Moreno, Capinan, Roberto Mendes, Bel Borba... – a lista seria interminável). Seus adversários lhe opõem o vandalismo. Em Salvador, belos painéis de Juarez Paraíso foram recentemente destruídos pelo martelo dos fanáticos.

Enquanto a ética dos terreiros consagra a poesia do corpo, a dignidade das mulheres, os encantos do amor, a

alegria das festas, o esplendor da natureza, seus detratores cultivam tristes preconceitos, semeiam racismo e sexismo: propagam uma mentalidade talibã. Fazem isso de forma violenta, freqüentemente com agressões físicas aos fiéis de outros cultos.

Não é novidade no Brasil a intolerância religiosa. Não são as “novas igrejas” as primeiras a promovê-la, nem têm a precedência na agressão racista aos cultos afro-brasileiros. Anteriormente, sobretudo, triste papel teve a Igreja Católica nesse quadro: durante muito tempo religião oficial, contaminou-se de um autoritarismo que amiúde a incitou a reivindicar ferozmente o monopólio das consciências. Seu passado escravista, sua cumplicidade com a exploração brutal dos negros, seus processos inquisitoriais contra os ritos africanos impõem-lhe uma dívida tremenda, que ela ainda não se anima a reconhecer e saldar. É verdade que muita coisa mudou: setores dessa Igreja avançam em espírito de justiça; alguns têm buscado um diálogo sincero e fraterno com o povo-de-santo. Mas o preconceito ainda envenena sua hierarquia. Os pedidos de perdão continuam a ser feitos “da boca para fora”, sem qualquer compensação que os ratifique. A Igreja Católica só tem reagido à intolerância quando é atingida. Quando são outras as vítimas, seu silêncio é eloqüente.

Muitas igrejas evangélicas, mesmo as tradicionais, com uma história de luta contra a intolerância, praticam-na contra os cultos afro-brasileiros de forma violenta. Aqueles que

nelas procuram o diálogo ecumênico de modo sincero, abraçando com verdadeira fraternidade os religiosos não-cristãos, compõem uma minoria – uma minoria perseguida. A triste retração do ecumenismo chegou a um ponto crítico já no seu nascedouro: querem-no agora mitigado, limitado aos cristãos. Uma contradição em termos impinge a marca do ridículo a essa proposta mesquinha.

O Estado, que deveria garantir os direitos dos religiosos afro-brasileiros, mostra para com eles uma indiferença cheia de menoscabo – e assim alimenta a intolerância, respalda o abuso. Mais que isso: dá o exemplo da discriminação contra o povo-de-santo. Uma prova eloqüente encontramos na Bahia. A imunidade a tributos como o imposto territorial urbano é reconhecida a todos os templos religiosos, mas esse imposto continua a ser cobrado dos terreiros. As autoridades recusam-se a admitir, na prática, que terreiros são templos.

O que há de novo na investida das novas igrejas contra a umbanda, o candomblé, os cultos afro-brasileiros em geral? Ela é conduzida, agora, com uma nova força e com recursos muito poderosos, pois quem a protagoniza são empresas eclesiásticas que detêm o controle de meios de comunicação de massa e sabem empregá-los, são organizações que realizam com habilidade “neoliberal” uma persuasiva drenagem da renda dos mais pobres, que se estruturam politicamente, capitalizando votos de modo a pressionar o aparelho de Estado, livrando-se com facili-

dade dos rigores da lei, e que falam uma linguagem direta, em acordo com o discurso sociopolítico dominante, privilegiando o sucesso como valor supremo. Além disso, seus pastores aplicam técnicas muito hábeis de manipulação do racismo internalizado na massa despolitizada, aflita e abandonada a si mesma. É a auto-rejeição de homens pobres, humilhados por sua condição de cor, de classe, de origem, que os torna vulneráveis a uma pregação enfática, baseada no convite a abandonar sua identidade deteriorada. O combustível dessa mística é o racismo inconfesso que se espalha por toda a sociedade brasileira e contamina até suas vítimas.

É o momento de cobrar com vigor o resgate da imensa dívida do Brasil com os negros; é o momento das políticas afirmativas, de exigir a justa compensação por um tratamento desumano dado aos afro-descendentes em geral. Neste contexto, torna-se imperativo reconhecer que os religiosos negros e os adeptos dos cultos afro-brasileiros foram e são continuamente agredidos em seus direitos fundamentais, tolhidos em sua liberdade, ofendidos, maltratados, perseguidos brutalmente. É preciso traçar uma política que lhes garanta o acesso imediato a recursos jurídicos com que possam defender-se; cumpre também proteger seus templos, legítimos territórios negros, e lhes facultar o pleno exercício de sua liberdade religiosa.

O estudo dos cultos religiosos afro-brasileiros concentrou-se no exame dos sistemas simbólicos, sem dedicar

atenção a questões muito importantes, relativas às condições de vida das comunidades dos terreiros. Essa falha é realmente espantosa e precisa ser corrigida. Mas é reveladora em um ponto: denota um descompromisso indefensável. Uma breve abordagem do assunto pode ser muito esclarecedora.

Certa vez levei um grupo de alunos ao famoso Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho e lhes pedi que fizessem ali um levantamento socioeconômico, de modo a caracterizar o grupo de residentes na área do ilê axé, traçar-lhes um perfil. Os jovens fizeram, também, uma rápida sondagem do mesmo tipo na vizinhança, com o intuito de ter um parâmetro de controle. O resultado os deixou intrigados. Eles verificaram que a situação dos residentes no terreiro, membros do egbé, em termos de emprego e renda, de educação formal etc. era, *grosso modo*, idêntica à de seus vizinhos. Mas lhes bastaram algumas entrevistas, e um pequeno tempo de observação, para que notassem uma discrepância essencial: segundo verificaram, a qualidade de vida dos membros do egbé era bem melhor. Ficou claro que eles eram favorecidos por sua organização essencial: nela, dispunham de uma rede de solidariedade muito ampla, tinham canais de expressão eficazes, que os capacitavam a reivindicar direitos, e que lhes eram dadas muitas oportunidades de conagraamento, de realização pessoal, de crescimento em termos de prestígio – “gozavam de uma vida social até mais rica que

a nossa”, conforme opinou uma estudante. Sem dúvida, o espaço do terreiro é mais vasto e agradável que o dos casarios próximos: somam-se os domínios do barracão e das áreas não-edificadas do ilê axé (ornadas com uma pequena área arborizada) ao âmbito das suas residências acanhadas. Mas, acima de tudo, como notaram os jovens pesquisadores, os membros do egbé da Casa Branca manifestavam uma auto-estima muito elevada, mostravam vitalidade, bom humor e um ânimo sobranceiro. Os alunos perceberam ainda, nesse povo-de-santo, uma sensibilidade e uma finura que os impressionaram. Como depois expliquei, o que constataram era resultado de uma educação apurada.

Os terreiros não são apenas templos religiosos aonde uma parte significativa da população vai em busca de remédio para suas aflições: são ainda agências culturais, centros de educação. Por muito tempo, e para uma grande parcela de nosso povo, para a gente negra da Bahia, foram os terreiros praticamente o único espaço onde pessoas pobres podiam educar-se, desfrutando de um ensinamento voltado para a sua valorização e efetiva integração comunitária. Não são apenas os mitos, os ritos, as orações e uma complexa liturgia o que se aprende nos terreiros; não só as fórmulas de um código religioso, os padrões de uma música e de uma dança magníficas, os segredos místicos e terapêuticos de uma etnobotânica, os procedimentos de uma culinária sagrada, o jogo dos sím-

bolos que inscrevem valores no corpo por meio de paramentos sutis; não só uma estética vivificadora, inebriada de amor pela riqueza da criação; nem apenas um cálido apreço pela vida. Nos terreiros, um homem negro e uma mulher negra conhecem uma história que lhes foi tirada, reencontram seus ancestrais, reinventam o tempo perdido, vivem tradições que lhes dizem respeito; qualquer homem e qualquer mulher, acolhidos no seio dos antepassados africanos (e caboclos), aprendem uma fraternidade que ultrapassa todos os limites de cor e classe; aprendem a amar o divino que é sua origem e seu horizonte. Ganham respeito por si mesmos e pelos outros.

O ataque aos cultos afro-brasileiros compromete essas conquistas. Reativa o racismo. Traz consigo uma ameaça de desagregação, de incremento da violência no meio das classes mais desfavorecidas. Mas não faz apenas vítimas diretas: o progresso da intolerância só pode comparar-se com o do crime organizado nos termos do perigo que representa para a sociedade. É um surto de barbárie que pode destruir um país.

A convivência religiosa é possível

Pr. Djalma Torres

Reconheço por verdade que Deus não faz acepção de pessoas; pelo contrário, em qualquer nação, aquele que o teme e faz o que é justo lhe é aceitável.

Atos 10, 34-35

Ao chegarem à Bahia, os evangélicos encontraram, havia plantada alguns séculos, a cultura afro-brasileira, com sua religiosidade preservada a suor e sangue ao longo do período da escravidão e posteriormente em meio à discriminação social e religiosa e à perseguição policial.

Desde esse período até os nossos dias, o preconceito e a marginalização têm perdurado, com raras mas honrosas exceções. Por todo esse tempo, a religião afro-brasileira tem sido apresentada como herética e demoníaca por muitas igrejas cristãs, inviabilizando qualquer possibilidade de tolerância e convivência.

No início de sua história no Brasil, os batistas chegaram a ter, em seus quadros denominacionais, um missio-

nário vindo da África para evangelizar os negros aqui residentes. Foi um trabalho em vão, por motivos diversos.

Não obstante a constatação desses fatos, vale reconhecer o esforço de alguns líderes religiosos cristãos, que, numa atitude pioneira e corajosa, têm desenvolvido um trabalho de convivência pacífica e respeitosa com diversos segmentos religiosos não-cristãos existentes no país.

No caso particular das religiões afro-brasileiras, não é possível ignorar a sua presença marcante na vida e na cultura da Bahia, numa convivência de respeito e harmonia com as demais religiões. Ora, o mínimo que se poderia esperar é que as diversas confissões de fé cristãs procedessem de modo semelhante, sem preconceito e marginalização, o que todavia não vem ocorrendo.

Felizmente, existem exceções, tanto entre os católicos como entre algumas vertentes do protestantismo histórico. E aqui quero ressaltar um testemunho pessoal de tolerância e convivência muito enriquecedor. Nos últimos vinte anos, temos iniciado um diálogo ainda frágil, mas extremamente valioso, com grupos religiosos não-cristãos, especialmente com os terreiros de candomblé. Muito embora reconheçamos que tal iniciativa seja motivo de questionamento e censura por parte de muitos, estamos convencidos – e temos afirmado isso – de que Deus é maior do que as nossas denominações e, mais ainda, do que as nossas convicções religiosas.

É sempre oportuno lembrar que entre o cristianismo incipiente e o judaísmo milenar havia muitas diferenças,

a começar pela figura messiânica de Jesus Cristo, tão arduamente defendida pelos apóstolos e não aceita pelos judeus. Essas diferenças, entretanto, não impediram que a mensagem cristã fosse pregada nas sinagogas nem que os cristãos fossem tratados com consideração e respeito.

Aqui na Bahia a nossa convivência religiosa vem se dando em diversos momentos da vida da cidade: em celebrações religiosas comemorativas de datas históricas e/ou religiosas; em atos em favor da paz e contra a violência; em diálogos inter-religiosos; em seminários sobre a visão religiosa cristã e não-cristã a respeito de temas de interesse da sociedade; e no trabalho de grupos e entidades sobre problemas comuns.

Mais recentemente, já há nove anos, uma experiência extremamente positiva vem sendo a nossa participação no Projeto Egbé-Territórios Negros, desenvolvido por KOINONIA em Salvador. Nas reuniões do conselho inter-religioso, temos caminhado juntos, católicos, protestantes e terreiros de candomblé, na discussão e na busca de soluções para problemas que afetam o povo negro baiano. Em outro momento do projeto, nas reuniões de avaliação de atividades e reflexão sobre temas de caráter religioso, temos aprendido a ouvir, a discutir, a trocar idéias e a respeitar as posições dos terreiros, cujas reflexões têm sido úteis ao esclarecimento de questões que estão na raiz das manifestações mais graves de preconceito na sociedade. Para nós, comparecer a esses diálogos, em vez de abalar, só reforça nossas convicções cristãs.

Como vivência dessa rica experiência, produzimos uma oração ecumênica, que vem sendo lida em diversos momentos do nosso trabalho conjunto. Com ela, encerramos este testemunho:

Deus, nosso Pai e Mãe.

Tu, a quem adoramos e servimos, com nomes diferentes e ritos diferentes, nós te agradecemos a presença de cada participante desta reunião.

Agradecemos-te, também, a oportunidade de estarmos juntos, unidos pelo mesmo ideal, que é o bem comum de todos, através da justiça, da paz, da fraternidade e da plenitude da vida.

Agradecemos-te, do mesmo modo, a bênção da liberdade de expressar o nosso culto e de servir aos grupos a que pertencemos, de acordo com a nossa fé.

Agradecemos-te, ainda, o exemplo de homens e mulheres que não têm medido esforços para promover o diálogo, defender o respeito, a tolerância e a comunhão fraterna entre as diversas manifestações religiosas, mesmo no meio da incompreensão, da ignorância, da prepotência e da intolerância que tão fortemente existem em nosso meio.

Ajuda-nos, neste momento de recuos e desvios, a permanecer firmes e unidos na construção de um mundo melhor, sem injustiças, preconceitos e exclusões.

Acompanha-nos ao sairmos daqui e guia os nossos passos na caminhada de cada dia.

Amém! Aleluia! Axé!

Pr. Djalma Torres
Igreja Batista Nazareth
Salvador, Bahia, junho de 2002

Alguns textos bíblicos indicativos de superação da intolerância religiosa

1. Mateus 7, 1 e 2:

Não julgueis, para que não sejais julgados. Pois com o critério com que julgardes, sereis julgados; e com a medida com que tiverdes medido medir-vos-ão também.

2. Mateus 19, 16 a 22:

E eis que alguém, aproximando-se, perguntou-lhe: “Mestre, que farei eu de bom para alcançar a vida eterna?”. Respondeu-lhe Jesus: “Por que me perguntas acerca do que é bom? Bom, só existe um. Se queres, porém, entrar na vida, guarda os mandamentos”. E ele lhe perguntou: “Quais?”. Respondeu Jesus: “Não matarás, não cometerás adultério, não furtarás, não dirás falso testemunho; honra a teu pai e a tua mãe; e amarás o teu próximo como a ti mesmo”.

Replicou-lhe o jovem: “Tudo isso tenho observado; que me falta ainda?”. Disse-lhe Jesus: “Se queres ser perfeito, vai, vende os teus bens, dá aos pobres, e terás um tesouro no Céu; depois vem e segue-me”.

Tendo, porém, o jovem ouvido estas palavras, retirou-se triste, por ser dono de muitas propriedades.

Uma experiência bem sucedida: o Programa Egbé Territórios Negros de KOINONIA

KOINONIA criou o Programa Egbé Territórios Negros em 1994 como resposta às desigualdades que atingem a população negra brasileira. *Egbé* vem do Iorubá: sociedade e o lugar onde ela se reproduz. Nesse sentido, o programa trabalha com as comunidades negras tradicionalmente estabelecidas no que se convencionou chamar de *Territórios Negros*.

Num primeiro momento, o foco do programa voltava-se exclusivamente para os terreiros de candomblé de Salvador (BA), com os objetivos de assistir e assessorar essas comunidades nas áreas de regularização fundiária, recuperação etnobotânica e diálogo inter-religioso.

Em 1999, com o crescimento da temática quilombola e a reflexão institucional sobre as semelhanças que poderiam ligar a experiência territorial desses dois tipos de co-

munidades, a equipe de KOINONIA ampliou o escopo do programa original.

Percebeu-se a garantia da propriedade da terra como fator fundamental para a sobrevivência, reprodução e para a melhoria da qualidade de vida tanto das comunidades remanescentes de quilombos, quanto dos terreiros de candomblé.

Terreiros de Candomblé e quilombos – situações diferenciadas

Os terreiros de candomblé são sociedades organizadas e, em torno de cada um deles, há uma rede de solidariedade, mais ou menos extensa, e mais ou menos formalizada, dependendo do terreiro, segundo o número de participantes e a antigüidade. Com caráter simbólico de valorização da religião de origem africana, os terreiros de candomblé são centros de organização e de educação popular. Enfrentaram séculos de repressão, mas conseguiram sobreviver.

Calcula-se que cerca de 3.000 terreiros funcionem em Salvador e seus arredores. Eles representam uma forma específica de ocupação do solo urbano, com sua organização, ajuda mútua entre seus membros, a preservação do meio ambiente (a relação com a terra, com as árvores e plantas, com as águas, rios e lagoas é decisiva para o pensamento religioso do candomblé e para seus ritos).

Os terreiros enfrentam hoje o ataque da especulação imobiliária que ameaça seus territórios, e o acirramento do preconceito religioso, açulado em especial pelas novas igrejas evangélicas.

As comunidades de quilombos também enfrentam tremendas dificuldades: para manter a terra onde vivem em extrema pobreza e trabalham; para produzir e comercializar seus poucos produtos; deficiências enormes na educação; na saúde; na habitação e no saneamento. Em algumas delas a luta pela terra já vem de décadas, mas na maioria dos quilombos há pouca organização interna para buscar, sem ajuda externa, a concretização do novo direito constitucional em seu favor e para trabalhar pela melhoria de sua qualidade de vida.

As atividades do Programa em Salvador (BA)

Em Salvador as atividades do Programa Egbé Territórios Negros foram iniciadas em 1994 com os primeiros contatos com os terreiros. De lá para cá, foram elaborados laudos antropológicos e laudos etnoecológicos, que documentam a localização, a delimitação do território, a história, a botânica e os fármacos de cada terreiro. Esses laudos são bem consistentes, produzindo um conhecimento novo essencial para a luta dos terreiros pelo direito aos territórios que ocupam e contribuem para que a sociedade conheça melhor esta realidade.

É com base nos laudos que o programa, junto com os terreiros, realiza gestões junto a órgãos públicos para que os territórios sejam “tombados” pelo poder público, ou considerados “áreas de proteção ambiental”, dois instrumentos que garantem a posse da terra pelos atuais ocupantes. O Programa oferece também o serviço de assessoria jurídica para conduzir ações de usucapião, outro instrumento que garante a posse da terra após certo número de anos de ocupação comprovada. A assessoria jurídica dedica-se a legalizar sociedades civis que passem a representar os terreiros em todas as questões com a sociedade, uma vez que os terreiros, embora possuam uma organização de caráter religioso, em sua maioria não contam com sociedades civis que possam representá-los em suas demandas junto aos poderes públicos e junto a outras instituições formais.

A assessoria jurídica também tem entrado com ações que visam dispensar os terreiros do pagamento do imposto territorial, imunidade fiscal dispensa que é facultada a outros templos religiosos, mas que não vinha beneficiando os terreiros.

Cabe destacar outra luta do programa: a mobilização para reagir a um jornal da Igreja Universal do Reino de Deus que publicou, sem autorização, a fotografia de uma Mãe de Santo ilustrando uma matéria ofensiva à religião de origem africana. Por tal agressão a Mãe de Santo veio a falecer. Entre outras ações, o Programa apoiou uma pas-

seata e outras ações de protesto realizados pelos terreiros, além de prestar assessoria jurídica para ação judicial, ainda em curso, exigindo indenização por danos morais. O processo já obteve ganhos em primeira e segunda instâncias, e agora passa por um período de recurso em terceira instância.

Para informar sobre suas atividades e estimular redes de solidariedade relacionadas aos direitos das comunidades de terreiros de candomblé, o Programa criou em 2003 o Informativo Fala Egbé. A publicação já está na 12ª edição.¹

O Programa Egbé Territórios Negros também promove ações relacionadas à saúde reprodutiva, direito a saúde e prevenção ao HIV/Aids². A partir de 2006 foram promovidas, em parceria com órgãos governamentais municipais, Feiras de Saúde em vários terreiros. As comunidades de terreiros de candomblé atendidas pelo Programa Egbé também participam de Cursos de Capacitação de Multiplicadores em Saúde, que formam agentes multiplicadores que desenvolvem nas comunidades ações educativas e de sensibilização em relação aos temas ligados aos direitos reprodutivos e sexuais.

¹ No site de KOINONIA – www.koinonia.org.br – estão disponíveis as versões digitais do Informativo Fala Egbé.

² No site de KOINONIA – www.koinonia.org.br – há mais informações sobre as ações relacionadas à saúde reprodutiva, direito a saúde e prevenção ao HIV/Aids do Programa Egbé Territórios Negros.

O Programa Egbé atende hoje mais de 150 terreiros de candomblé. Além disso, vem promovendo encontros que reúnem representantes de cerca de 80 terreiros quadrimestralmente.

Atividades do Programa no Rio de Janeiro:

No ano de 1999 demos início às atividades de pesquisa e visita às comunidades negras rurais quilombolas do estado. Num primeiro momento, o programa dedicou-se à identificação das comunidades, ao contato inicial com elas, a estabelecer relações com seus líderes e ao levantamento do conhecimento existente sobre a questão das comunidades remanescentes dos quilombos.

O programa também se dedicou a fomentar uma rede regional para esclarecimentos e apoio a essas comunidades, tendo em vista as possibilidades de regularização fundiária e os direitos culturais abertos na constituição de 1988 (além do artigo 68 das ADCT, os artigos 215 e 216 sobre direitos culturais), por meio da troca de informações, experiências e da realização de eventos científicos e culturais. Além disso, concentrou esforços na promoção sentido de iniciativas que permitissem a efetiva manutenção desses territórios, nos seus aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, sempre de uma forma que respeite as concepções e prioridades de suas populações.

O site *Observatório Quilombola* (www.koinonia.org.br/oq) surgiu com o objetivo de disseminar e monitorar informações acerca da temática quilombola, buscando organizar, qualificar e subsidiar a ação dos diversos atores envolvidos. O programa conta também com o Informativo *Territórios Negros*³, distribuído gratuitamente às comunidades, entidades e indivíduos de todo o país engajados na temática quilombola.

Dentro da atuação do programa, destacamos ainda a *Campanha Marambaia Livre!* Criada em 2006, a campanha hoje reúne 18 entidades de todo o país engajadas na luta pela regularização fundiária da comunidade quilombola da Ilha da Marambaia, localizada em Mangaratiba, que vive sob opressão da Marinha e tem se deparado com a omissão do governo federal⁴.

Projetos pontuais junto às comunidades da Ilha da Marambaia (Mangaratiba), Preto Forro (Cabo Frio) e Alto da Serra (Rio Claro): Balcão de direitos, realizado em 2005, por meio de convênio entre o programa e a Secretaria Especial de Direitos Humanos (Sedh). O projeto Etnodesenvolvimento Quilombola, finalizado em 2006, fruto do convênio entre o programa e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), procu-

³ No site de KOINONIA – www.koinonia.org.br – estão disponíveis as versões digitais do Informativo Territórios Negros.

⁴ Mais informações sobre a Campanha no site Observatório Quilombola: www.koinonia.org.br/oq

rou consolidar e fortalecer as comunidades quilombolas envolvidas, oferecendo capacitação para a auto-gestão e para o desenvolvimento social, ambiental e culturalmente sustentável.⁵ .

Perspectivas para o futuro do Programa Egbé

Este Programa de KOINONIA mantém sua expectativa de apoio e fortalecimento das Comunidades Negras Tradicionais no Brasil. Mais especificamente, no que se refere à discussão sobre o conceito *Desenvolvimento*, que hoje faz parte de todas as agendas de debate. Nesse sentido, esperamos criar condições de maior influência na elaboração das políticas públicas pertinentes, assim como na discussão sobre “Desenvolvimento”, buscando afirmar que tal conceito é inseparável e deve respeitar os Direitos Humanos - Civis, Políticos, Econômicos, Sociais e Ambientais. Nessa perspectiva, os protagonistas, em nosso entender, devem ser os próprios representantes das Comunidades Negras Tradicionais. Assim, nosso papel será de ampliar a capacitação e o reforço das práticas histórico-culturais de reprodução dessas comunidades, de modo que corroborem com uma boa interpretação do papel daquelas Comunidades num projeto de “Desenvolvimento” democrático, sustentável e com a consolidação dos Direitos Humanos.

⁵ Mais informações sobre esses projetos são encontradas na seção de notícias do site de KOINONIA: www.koinonia.org.br.

Promoção da fraternidade e superação da intolerância religiosa

Fazemos um destaque do posicionamento continuado de KOINONIA, especialmente nesse Programa, quanto à promoção da fraternidade e da liberdade religiosa para superar toda forma de intolerância. Contribuímos com diálogos fraternos com cristãos de diferentes denominações e entre estes e representantes de candomblé em nível sul-americano, em Jornadas Ecumênicas⁶ e em outros fóruns internacionais, como nos Fóruns Sociais Mundiais desde 2003, onde pudemos denunciar e apoiar reflexões sobre a superação das intolerâncias incluindo o caso brasileiro. Até hoje se deram oportunidades de diálogos sobre regiões da Índia, sobre a Palestina e Israel, sobre movimentos na Europa, e aqui no Continente, com indígenas da Bolívia, Peru e México. Futuramente esperamos propiciar diálogos novamente nessas esferas internacionais e ampliar o impacto dos diálogos fraternos em nível nacional.

⁶ Mais informações sobre as Jornadas Ecumênicas disponíveis no site: www.projornada.org.br

Glossário

Angola – ver *nação*.

Axé – termo de uso histórico no candomblé que significa “força espiritual”, “paz” ou expressa concordância com o que foi afirmado.

Babalorixá – ver *pai-de-santo*.

Banto – ver *nação*.

Caboclo – divindade brasileira associada a antepassados indígenas e caçadores.

Candomblé – designativo geral para religião afro-brasileira, criado a partir de diferentes tradições africanas atualizadas no Brasil. Não há um candomblé, mas diferentes “candomblés” segundo as tradições que os fundaram (ver também *nação*).

Casa – sinônimo de terreiro de candomblé, ou seja, casa de candomblé.

Cazumbi – espíritos maus, conforme o candomblé de nação angola.

- Dandalunda** – divindade do candomblé de nação angola.
- Ebó** – oferenda para alguma divindade.
- Egum** – divindade ou espírito ancestral.
- Equede** – sacerdotisa do candomblé com funções de serviço ritual, sem transe (origem queto).
- Ewe** – tronco lingüístico africano.
- Exu** – divindade do candomblé de nação queto.
- Ialorixá** – ver *mãe-de-santo*.
- Iaô** – fiel em fase inicial de preparação para o sacerdócio, sujeito a transe.
- Ilê** – o mesmo que casa, incluindo todo o terreno.
- Inquice** – nome geral para divindades no candomblé de nação angola.
- Izila (inzila)** – divindade do candomblé de nação angola, associada às mesmas características de Exu.
- Jeje** – ver *nação*.
- Lesé** – lado de um todo. Ex.: “um *lesé* e outro *lesé*” (um *lado* e outro *lado* do candomblé).
- Lomba** – designação de um grupo culturalmente originário da Costa de Benin, na África.
- Mãe-de-santo** – sacerdotisa máxima nas religiões afro-brasileiras.
- Nação** – designativo de diferenciação teológica de diferentes tipos de candomblé, os quais podem ser, no contexto deste

livro, de nação angola, banto, jeje ou queto. As diferenças se constituíram a partir da hegemonia de uma matriz cultural africana, entre outras na história do terreiro.

Ogã – sacerdote do candomblé com funções de serviço ritual, sem transe (origem queto).

Orixá – nome geral para divindades no candomblé de nação queto.

Oxum – divindade do candomblé queto.

Pai-de-santo – sacerdote máximo nas religiões afro-brasileiras.

Queto – ver *nação*.

Terreiro – espaço sagrado à realização de rituais religiosos, onde se mantêm edificações de templos e de moradia temporária ou permanente de sacerdotes do candomblé.

Umbanda – religião afro-brasileira recriada no país nos primeiros quarenta anos do século XX, que incorporou, além das tradições africanas, o cardecismo e elementos do catolicismo, em uma síntese própria.

